



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
(Modalidade à Distância)



IZABEL ESPÍNDOLA BARBOSA

GESTÃO DE SANEAMENTO

A disputa entre o público e o privado na fronteira oeste do Rio Grande do Sul

Itaqui

2012

IZABEL ESPÍNDOLA BARBOSA

GESTÃO DE SANEAMENTO

A disputa entre o público e o privado na fronteira oeste do Rio Grande do Sul

Trabalho de conclusão de curso de Especialização apresentado à Escola de Administração da UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública .

Orientador: Prof.^a Silvia Generali da Costa
Tutor: Osni Keller Lima

Itaqui

2012

IZABEL ESPÍNDOLA BARBOSA

GESTÃO DE SANEAMENTO

A disputa entre o público e o privado na fronteira oeste do Rio Grande do Sul

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, apresentado à UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Escola de Administração, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Gestão Pública, com nota final igual a _____, conferida pela Banca Examinadora formada pelos professores:

Prof. Orientador
UFRGS

Prof. Membro 2
UFRGS

Prof. Membro 3
UFRGS

Itaqui, _____ de _____ de 2012.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que oportunizaram a realização deste curso, em especial a minha amiga Celeta Pereira de Freitas que me incentivou a fazê-lo e que também esta nesta jornada.

Agradeço ao superintendente da SURFRO, que possibilitou a realização do trabalho com a utilização de informações empresariais e com uma entrevista.

Agradeço principalmente aos colegas da CORSAN que me ensinaram e mostraram como é importante e nada simples a gestão do sistema de saneamento.

Embora eu tenha iniciado o curso ainda trabalhando na Secretaria Estadual de Educação – 10^a CRE, e esteja acabando em outra empresa de economia mista, à minha estada de pouco mais de um ano na CORSAN devo o prazer de poder estudar o tema água com mais entusiasmo e com um pouco de conhecimento interno do sistema.

Obrigada!

Não é possível apontar certo ou errado na
Gestão Pública. Aliás, este é um dos
predicados da Gestão pública. Normalmente a
melhor resposta é DEPENDE.

Caio Marini

RESUMO

Talvez tenha sido apenas um fato comum. Mas a primeira concessão privada dos serviços de água e esgoto, ocorrida em 2011 na fronteira oeste do Rio Grande do Sul, foi a base da estrutura deste trabalho. Para entender alguns fatos foram coletados: informações sobre a legislação, a história e modelos de gestão de saneamento. Pesquisas sobre o setor e pesquisa local demonstram um parâmetro de que, ao mesmo tempo, pessoas conhecem a importância do sistema de água e esgoto, mas não demonstram interesse em aprofundar-se no assunto. A legislação brasileira corroborada por tratados internacionais vê a água como um bem de valor monetário, e é assim que a trata: uma mera mercadoria. Água, seus usos e propriedade, é destaque neste trabalho e, para incrementar o debate, buscou-se diversos pontos de vista e discussões que ocorrem no mundo. Comparando a gestão de saneamento em duas cidades vizinhas – Alegrete e Uruguaiana – que optaram por concessões diferentes uma mantendo a gestão pública e outra iniciando a primeira gestão privada do sistema de água e esgoto no estado do Rio Grande do Sul, este trabalho mostrou que muito mais que um bem ou uma decisão partidária, o direito a água deve ser encarado como política pública de manutenção da existência humana, isto sim com valor inestimável.

Palavras chave: ÁGUA, ESGOTO, GESTÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS,
PRIVATIZAÇÃO, SANEAMENTO

ABSTRACT

Maybe it was just a common fact. But the first private concession of water services and sewage, which occurred in 2011 on the western edge of Rio Grande do Sul, was the basis of the structure of this work. To understand some facts were collected, information on legislation, history and models of sanitation management. Research the industry and local research shows that a parameter at the same time, people know the importance of water and sewer system, but show no interest in digging into the subject. The Brazilian legislation supported by international treaties sees water as an asset of monetary value, and that's how it: a mere commodity. Water, its uses and property, is highlighted in this work and to enhance the debate, we sought to diverse viewpoints and discussions that take place in the world. Comparing the management of sanitation in two neighboring towns - Alegrete and Uruguaiana - who chose a different concessions keeping the public administration and other launching the first private management of water and sewer system in the state of Rio Grande do Sul, this study showed that much more than a good or a partisan decision, the right to water should be regarded as public policy the maintenance of human existence, but with this invaluable.

Keywords: WATER, SEWER, MANAGEMENT, PUBLIC POLICY, PRIVATIZATION, SANITATION.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ranking de Importâncias.....	43
Figura 2 – Deve receber mais Atenção	43
Figura 3 – Locais onde gostaria de encontrar informações	47
Figura 4 – Organograma SURFRO	55

LISTA DE GRÁFICOS

Grafico 1 – Pesquisados por cidade.....	48
Gráfico 2 – Valor da tarifa de água	50
Gráfico 3 – Valor da tarifa de esgoto	50
Gráfico 4 – Comparativo de qualidade nos serviços de água	50

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Processo ETA.....	33
Quadro 2 – Processo ETE	38
Quadro 3 – Números Importantes	42
Quadro 4 - Questionário sobre serviços de água e esgoto	51
Quadro 5 – Como você avalia o trabalho da Foz de Uruguaiana?	52

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Fraquezas de Golias, Forças de David	35
Tabela 2 – Sexo (porcentagem por cidade pesquisada)	49
Tabela 3 – Grau de instrução (dos pesquisados)	49
Tabela 4 – Grau de importância (%)	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AGUA – Associação Guardiões da Água

CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento

SURFRO – Superintendência Regional da Fronteira Oeste

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

ANM – Associação Nacional de Medicina

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BNH – Banco Nacional de Habitação

CESAN – Companhia Espírito Santense de Saneamento

CETEL – Central de Tratamento de Efluentes Líquidos Complexo Automotivo GM

DEAF – Departamento Administrativo Financeiro

DECOM – Departamento Comercial

DEOM – Departamento de Obras e Manutenção

DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgoto

ECO 92 – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

ECOLEO – Associação Brasileira para Sensibilização, Coleta e Reciclagem de Resíduos de Óleo Comestível

ETA - Estação de Tratamento de Água

ETE – Estação de Tratamento de Esgoto

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos

MPOG – Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PAC – Plano de Aceleração do Crescimento

PEC – Projeto de Emenda Constitucional

PLANASA – Plano Nacional de Saneamento

PLANSAB – Plano Nacional de Saneamento Básico

PPP – Parceria Público Privado

RS – Rio Grande do Sul

SABESP – Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo

SEMAE – Serviço Municipal de Água e Esgoto

SINDCON – Sindicato Nacional das Concessionárias de Serviços Públicos de Água e Esgoto

SITEL – Superintendência de Tratamento de Efluentes Líquidos e Resíduos sólidos da CORSAN

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TCE – Tribunal de Contas do Estado

US – Unidade de Saneamento

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. CONCEITOS, HISTÓRIAS E LEIS	16
2.1. O QUE É DE TODOS, O QUE É DE CADA UM	16
2.1.1. Privatização	18
2.1.2. Gestão Pública	19
2.2. ÁGUAS TRAZEM HISTÓRIAS	22
2.2.1. Dos colonizadores aos dias atuais	22
2.3. LEGISLAÇÃO	25
3. GESTÃO DE SANEAMENTO, MODELOS APLICADOS E A QUESTÃO DA ÁGUA	28
3.1. GESTÃO DE SANEAMENTO	28
3.1.1. Experiências de Gestão de Saneamento – o modelo privado	30
3.1.2. Experiências de Gestão de Saneamento – o modelo público	31
3.2. O PLANETA ÁGUA	32
3.2.1. Água – líquido precioso	33
3.2.2. Conflitos – Quem é o dono da água?	34
3.2.3. Água virtual	36
3.3. ESGOTO	37
4. METODOLOGIA	40
5. DE QUE LADO FICA A FRONTEIRA OESTE	42
5.1. A (in)FORMAÇÃO SOBRE SANEAMENTO	42
5.1.1. A mídia como ferramenta	46
5.2. NA FRONTEIRA OESTE	48
5.3. SURFRO	53
6. CONCLUSÃO	58
REFERÊNCIAS	61
Sites consultados	68
APÊNDICE A: Entrevista com Superintendente da SURFRO	69
ANEXO A: Autorização.	71

1. INTRODUÇÃO

2011 foi o marco da divisão entre público e privado no estado do Rio Grande do Sul.

O estado até meados de junho mantinha o título de único membro da federação onde todos os municípios possuíam sistema de água e esgoto em domínio público viu, após anos de intensa disputa judicial, sua primeira cidade conceder direitos de exploração para a iniciativa privada. Pelo menos mais cinco cidades possuem a mesma perspectiva. Estudam, também, alternativas como a municipalização ou a administração indireta dos municípios através de autarquias.

Além da perda real, iniciou-se um levante criando discussões e distorções sobre a melhor gestão do sistema de água e, principalmente, sobre o esgoto (até então sem importância no seu lugar: a “sarjeta”) e seu descarte.

A lei 11445/07, Lei do Saneamento, trouxe o desafio do aumento da coleta e tratamento de esgoto. Cada município delega o sistema de saneamento através de licitação.

Enquanto o abastecimento de água beira vultosos 90% de atendimento, o esgoto (irmão pobre) não chega a míseros 10%. A água, a que bebemos e a que derramamos, são águas de rios ou do subterrâneo; nosso esgoto vai/volta aos rios e ao subsolo. Então a água retorna, após tratamento, até a torneira. O detalhe é que a água não é um bem qualquer, é vital para todos os seres humanos. Também não é um bem infinito, nem reciclável, tão pouco um bem em grande volume.

Sendo um bem, finito, vital, haveria um valor capital? Sim, afinal pagamos mensalmente uma fatura.

Sendo um bem, finito, vital, escasso, com valor, a quem se deve confiar sua gestão? Ao governo, a uma empresa privada, talvez a outro país... Quem vai receber o encargo de tratar nosso esgoto e quem ficará responsável por nos trazer água?

A pergunta chave é quais as vantagens e desvantagens da gestão de saneamento ser pública ou privada?

O objetivo geral do trabalho é comparar as vantagens e desvantagens do controle do sistema de água e esgoto no setor público e no setor privado.

Tendo como objetivos específicos:

- Verificar o histórico do saneamento no Brasil e no Rio Grande do Sul.
- Conhecer a legislação sobre saneamento e sua aplicabilidade na linha do tempo.
- Identificar formas de gestão discutidas e/ou aplicadas na região fronteira oeste do Rio Grande do Sul.
- Analisar a estruturação da Superintendência Regional da Fronteira Oeste – SURFRO - CORSAN dentro da atual realidade local.
- Apontar o sistema mais vantajoso do ponto de vista social e humanitário.

O direito de concessão dos sistemas de água e esgoto é inerente ao poder municipal. A concessão de serviços de saneamento tem um prazo médio de vinte e cinco anos. Ou seja, uma geração inteira será afetada pela decisão sobre quem deve gerir todo este sistema.

O Rio Grande do Sul que mantinha total sistema em poder público, fosse municipal ou estadual, teve 2011 como o ano que pôs fim a isso e iniciou uma discussão fervorosa sobre a melhor gestão dos serviços de coleta e tratamento de água e esgoto. A entrada foi pela fronteira oeste, disseminando ideias pela região e criando ilhas pelo estado.

Em se tratando de um bem valioso como a água, e outro de alto investimento como o esgoto, busca-se a discussão mundial para um parâmetro localizado. Falar-se-á sobre a problemática mundial da escassez da água e da vergonha do não tratamento de esgoto remontando a região fronteira oeste, onde se discute e se distorce este tema.

2. CONCEITOS, HISTÓRIAS E LEIS

2.1. O QUE É DE TODOS E O QUE É DE CADA UM.

A esfera pública discorre para o todo, o coletivo. O público refere-se a tudo que é de todos: acordado por todos para que, determinado grupo (Estado), conviva harmonicamente em sociedade. (COELHO, 2009)

Daí a primazia do Público sobre o Privado.

Tudo aquilo que é acordado pelo povo, implica aceitação e se aplica a todos: serviços, impostos, forças armadas. Também o que, devido à utilidade (Saneamento básico) ou interesse (extração de petróleo) seja estratégico para o povo; ou, ainda, para regulamentar serviços privados (Anatel, ANVISA).

A esfera privada refere-se a interesses, acordados, de parte da sociedade. Privado é aquilo que determina o que é individual: pertencente ou referente a interesses particulares de uma pessoa ou parte da sociedade (nunca o todo).

Claro que tal definição é baseada no Brasil e em outros Estados democráticos capitalistas de hoje (visto que em algumas sociedades não exista nem sequer a ideia de privado ou público – depende do ponto de vista do povo ou soberano), pois depende do momento histórico atual para diferenciar onde o privado e o público podem se flexibilizar atuando ou não em determinadas áreas. A definição e seus usos dependem da época e necessidades de determinado povo.

Antigamente, conforme Coelho (2009) impostos ou segurança territorial eram considerados Privados – contratos particulares; hoje no Brasil, por exemplo, é exclusivo do setor Público.

Com a democratização do Brasil, a privatização foi usada como meio de agilizar, disseminar e qualificar os serviços à sociedade. O que vimos foi a disseminação, sim, mas à custa da liquidação do patrimônio público e os aumentos dos índices de reclamação (veja as faturas de energia e telefonia). Isto tudo com a

alta lucratividade das empresas privadas. As ideias privadas de administração devem ser olhadas de perto, não somente seguidas a cego.

Porque não basta dizer: o setor privado faz. Não. O setor privado sozinho não faz ou, se o fizer, pode ser algumas vezes em detrimento da sociedade. É, portanto, necessário que haja um Estado capaz de regular, de fiscalizar e de defender o cidadão, o consumidor, o povo do país. (FHC APUD MPOG, 2000, p. 35)

Transformações políticas que ocorreram pelo mundo e no Brasil, diminuíram a distinção entre o privado e o público. Com o fenômeno da globalização (internacionalização dos mercados), inovação e mudanças são mais que palavras, devem tornar-se ações. Para Fonseca (APUD SACOMANO NETO e ESCRIVÃO FILHO, 2000, p. 2) existem três forças que movem estas transformações: revolução tecnológica, áreas de livre comércio ou blocos econômicos e, a interdependência do mercado mundial. Isto faz com que qualquer empresa deva adaptar-se (transformar-se/reformar-se) constantemente.

Então estruturas rígidas e decrescentes ruíram diante do mercado cada vez mais competitivo. A flexibilização é a ordem. Para manter-se em disputa no mercado, a gestão flexível deve ser descentralizada e dar ênfase a estratégia (SENGE APUD ASSUNÇÃO e MENDES, 2000).

O século 21 traz o desafio da sustentabilidade, já não há certeza no que teremos no futuro. Sem dar razões a previsões catastróficas, mas avaliando seriamente a questão, encontramos indícios de que seremos muitos bilhões e teremos pouco a receber: a disputa de poder, diferenças de credos, ideologias; o desgaste dos solos, o ar sufocadamente contaminado, a água potável cada vez mais escassa; qualquer um desses acontecimentos pode ser a faísca para um conflito global.

Enquanto sociedades organizadas, devemos prever o que deixar de herança.

2.1.1. Privatização

Com a desculpa da ineficiência e morosidade do poder público, o conceito de privatização ganhou força no período de neoliberalismo e que as pessoas eram apresentadas aos adventos da globalização.

Alguns tratam a privatização como se fosse o remédio para todos os males da humanidade, como se o conceito de público fosse oposto à qualidade.

Utilizando o sentido amplo defendido entre alguns autores, a privatização é dividida em leasing, administração e concessão.

No leasing a empresa responde pela administração e manutenção do sistema, os investimentos ficam com o poder público. Já na administração, a preocupação da empresa privada é gerir o sistema, toda a parte operacional e de investimentos fica com o setor público. Na concessão a empresa privada tem a licença de operar todo o sistema, administrando e investindo em troca de cobrança de tarifas e com objetivo explícito de lucro.(SOARES FILHO, 2002)

Enquanto isso, outros aceitam o conceito estrito, e jurídico aplicado no Brasil, de privatização:

Cabe salientar que privatizar é vender uma pessoa jurídica de direito público, prestadora de serviço público, a uma pessoa jurídica de direito privado enquanto que conceder é delegar a prestação de um serviço público, mediante licitação, à pessoa jurídica (de direito público ou privado) que demonstre capacidade para o seu desempenho, por sua conta e risco e por determinado prazo. (MORAES, 2011.)

Will Hutton (APUD SOARES FILHO, 2002, p. 24), refletindo sobre a disputa entre o público e o privado, concluiu:

A priori, não é verdade que a contratação através do mercado seja melhor do que uma provisão coletiva, já que os riscos são melhor compartilhados coletivamente. O fato de que o custo tenha sido eliminado do orçamento público não significa que tenha deixado de existir; significa apenas que foi deslocado para os indivíduos, que podem não ter condições de assumi-los.

2.1.2. Gestão pública

Vale lembrar que cada forma econômica administrativa dependeu da estrutura social da época, líderes convincentes e gestores que trabalharam para tentar manter, da melhor forma, suas ideologias.

A nova gestão pública, então, deve mudar o foco de seu objetivo: o cidadão torna-se o centro e sua satisfação a regra. O foco deve ser no cliente, na satisfação de suas necessidades. E este cliente está cada vez mais informado e exigente.

Erros e acertos aconteceram, por isso é tão importante a formação de Gestores Públicos que disseminem a ideia de que somos agentes políticos (não partidários) com responsabilidade pelo nosso país.

A qualificação dos profissionais, o consenso de ética e transparência na gestão, o accountability, formas de fortalecer o serviço, atender adequadamente o cidadão e melhorar a imagem frente à sociedade. Sociedade esta que é chamada a participar das decisões (MPOG, 2000). Pois hoje em um estado democrata federativo, a visão glocal (global e local: interdependentes e integradas) é algo que deve ser avaliada.

Prestar serviço insere uma gama de possibilidades de alcançar o resultado proposto. Nickels e Wood (APUD LARENTIS, 2008, p. 13) destacam que o serviço é consumido ao mesmo tempo em que é produzido (intangível), não pode ser estocado, nem examinado fisicamente e sua variabilidade é maior, pois depende da pessoa que o presta. Seu valor depende da ótica de quem o consome, em geral é a relação custo x benefício.

Estrutura organizacional é a relação que há entre os setores, atividades (processos) operacionais e o que se espera dos empregados dentro de uma organização. Essa “estrutura” deve ser bem definida por um organograma – não de hierarquia, mas de relacionamento entre funções que demonstrem um processo. Dentro da estrutura, delimitam-se necessidades e identificam-se os pontos que devem ser corrigidos.

Alguns órgãos federais já possuem projetos de desburocratização tendo como enfoque a flexibilidade na gestão, visando o resultado e a avaliação por desempenho.

A base do planejamento estratégico no âmbito federal, conforme MPOG (2000) tem metas claras a serem alcançadas – comunicação interna, referencial teórico consistente para efetivar a capacitação, um setor de Recursos Humanos estratégico para uma gestão por competências e uma gestão de pessoas focada em metas e objetivos, proporcionando ao funcionário qualidade de vida.

Uma estrutura organizacional flexível é horizontal: as pessoas se comunicam em sequência e com autonomia. Não há funções ou tarefas isoladas, há processo. O trabalho não é por parte, mas o todo. Quem começou pode até não terminar diretamente a tarefa, mas deve fazer parte da equipe para auxiliar, pois caso ocorram imprevistos, o acompanhamento do processo facilitará as soluções.

Conforme MPOG (2000, p. 11), “gestão empreendedora significa gestão voltada para resultados. Pressupõe agilidade, dinamismo, flexibilidade e assim por diante” [...] e completa, “os princípios mais importantes da gestão empreendedora são: enfoque no resultado; autonomia e responsabilização; construção de boas parcerias; trabalho em rede; gestão da informação; transparência, diálogo público e avaliação”.

Segundo Motta apud Assunção e Mendes (2000, p. 5), esse tipo de estrutura traz os seguintes benefícios:

- a) habilita a organização a ter seu foco direcionado aos clientes, permitindo à organização antecipar e controlar mudanças;
- b) provê meios de efetivar, mais rapidamente, mudanças complexas;
- c) auxilia a organização a gerenciar efetivamente seus inter-relacionamentos;
- d) provê uma visão sistêmica das atividades da organização;
- e) mantém o foco no processo;
- f) auxilia a organização a entender melhor a sua cadeia de valor;

g) desenvolve um sistema de avaliação completo para as áreas de negócios.

Drucker (APUD SACOMANO NETO e ESCRIVÃO FILHO, 2000; MILANI, MOSQUIN, MICHEL, 2008) afirma que qualquer mudança deve ser centrada no indivíduo. Fazer o processo funcionar, depende da capacitação e do conhecimento do indivíduo. Treinamentos e trabalho em equipe para troca de experiências são essenciais para que o empregado possua aptidões que qualifiquem o serviço público. Para Blackwell, citado por Larentis (2008, p. 35), o serviço está estreitamente relacionado à capacitação e as políticas de recursos humanos.

O desenvolvimento de competências é um dos aspectos do modelo, que a administração pública pode e deve adotar como referência, pois, "a eficiência e a eficácia das organizações parecem derivar cada vez mais, de sua capacidade de desenvolver competências e de integrá-las em torno dos objetivos organizacionais", conforme afirma Brandão e Bahry. Neste sentido, desenvolver competências é fundamental e necessário para garantir contínuas melhorias no desempenho. (GRANDO, 2005, p. 10)

A organização pelo processo é direcionada ao cliente e por consequência para sua satisfação (ASSUNÇÃO e MENDES, 2000, p5). Cabe, principalmente, a pessoa que presta o primeiro atendimento a responsabilidade de satisfazer o cliente. Engel, Blackwell e Miniard (APUD LARENTIS, 2008, p. 83) indicam maneiras de satisfazer cliente: controle de qualidade, feedback, desenvolver expectativas realistas evitando exageros, fornecer informações.

O alinhamento eficaz requer o entendimento de metas e estratégias para possibilitar um planejamento, monitoramento, análise e melhoria dos processos. O que demanda uma participação proativa de todos os setores e sinergia entre as ações (UNIDADE DE SANEAMENTO DE URUGUAIANA, 2009).

2.2. ÁGUAS TRAZEM HISTÓRIAS

E Deus criou a terra... o livro mais lido do mundo destaca que no início tudo eram trevas. Na Sua obra de imagem e semelhança criou, pelo barro, o homem. Aí está a primeira citação a água que se tem notícia. Claro que cientificamente o item que deu origem, realmente, a vida na Terra, foi a água. Pois devido a diversas composições químicas em reação com o composto H₂O iniciou-se a vida.

Já em termos históricos, indícios de rede de canalização de água reportam ao Japão de vinte mil anos atrás. Na Babilônia, sistemas de coleta de esgoto faziam parte da estrutura dos povoados. E foi com a aglomeração de povos, criando cidades, que o aumento dos usos da água e poluição dos mananciais começou a afetar a sobrevivência humana. Supõe-se que os Acadianos tenham se extinguido pela seca dos rios Tigre e Eufrates enquanto, na América, as civilizações Inca e Maia desapareceram devido às secas e poluição dos rios. Alguns estudos apontam que períodos de escassez severa de água coincidem com épocas de barbáries. (ASSOCIAÇÃO GUARDIÕES DA ÁGUA – AGUA - 2004)

Isso demonstra que desde o início das civilizações (não necessariamente da civilidade entre povos) acontecem conflitos utilizando a água como fonte de poder.

2.2.1. Dos colonizadores aos dias atuais

Como demonstra Barros Filho e Bojunga (2005), quando os colonizadores chegaram a terras recém-descobertas – o Brasil, traziam consigo doenças contagiosas; muitas pela falta de higiene, pois a cultura europeia não entendia o costume indígena de banhos diários. Havia aqueles que sugeriam que os índios eram seres sujos, daí a necessidade de banhar-se seguidamente.

A água utilizada na colônia era de cisternas e poços. O primeiro sistema de abastecimento de água foi o grande evento da inauguração de um chafariz na

capital Rio de Janeiro em 1723; só mais além, cinquenta anos após, em 1774, São Paulo inaugurou seu aqueduto e chafariz. (BARROS FILHO E BOJUNGA, 2005)

O sistema de coleta de esgoto não era um sistema, tratava-se da simples busca, durante a noite, dos dejetos que ficavam depositados em barris. Que após eram jogados em praias ou córregos próximos. O Rio de Janeiro foi a quinta cidade do mundo a canalizar o esgoto, embora o destino continuasse a ser os mananciais ao redor da cidade. (BARROS FILHO E BOJUNGA, 2005)

(No Rio Grande do Sul...) em 1864 o primeiro sistema de água de Porto Alegre utilizava pouco mais que 5000 metros de tubos para abastecer uma população de 40 mil habitantes. (BARROS FILHO, 2005)

Com o crescimento populacional, conforme Barros Filho e Bojunga (2005), a vinda das elites rurais para a capital, o sistema de abastecimento foi controlado pelo capital inglês e suas companhias que atendiam regiões de maiores posses, pois dali retiravam seus lucros. Mas estas companhias tiveram vida curta. O estado acabou ficando com o controle – quase monopólio - do sistema de abastecimento a partir de 1890, com uma ampla campanha de estadualização.

Em meados do século XX, , houve um levante sanitaria devido às moléstias que devastaram a população: sífilis, tifo, verminoses. Afinal, o esgoto produzido nos aglomerados urbanos era despejado em rios e até nascentes, contaminando lençóis freáticos e disseminando um círculo vicioso de doenças. (BARROS FILHO E BOJUNGA, 2005)

No Rio grande do Sul os aguateiros – pessoas que distribuía, em troca de dinheiro, águas em tonéis e barris em localidades sem abastecimento - retiravam água de rios ou poços sem qualquer tratamento. Só em 1906 o esgoto, as tubulações, foram implantadas na capital gaúcha. Até a década de vinte, além de Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande contavam com coleta de esgoto. (BARROS FILHO, 2005)

Em 1944, o secretário do estado gaúcho Walter Jobim (APUD BARROS, FILHO, 2005) escreveu ao governador da época, Ernesto Dornelles, algo que vale, e muito, atualmente:

O panorama é simplesmente contrastador. Já é tempo de devolver ao povo, em obras de utilidade, uma parcela justa das contribuições seculares que foram feitas ao erário público. E talvez nenhuma lhe seja tão útil porque lhe preservará a saúde tão perigosos males. Na marcha em que vamos não podemos prosseguir.

Anos após, já no final da década de sessenta, o governo militar com a criação do PLANASA – Plano Nacional de Saneamento – investiu priorizando o abastecimento de água, visando à universalização do abastecimento na área urbana. Embora, com avanços, a grande falha do PLANASA foi ao tratamento igualitário e centralizador dado a todo o país, esquecendo que cada região geográfica e hidrológica possui suas peculiaridades. (REZENDE, 2002)

A 1ª Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente em 1972 trouxe a preocupação sobre limpeza do ar, rios e bacias. A partir dessa data o meio ambiente virou pauta de negociação em reuniões mundiais. (BARROS FILHO E BOJUNGA, 2005)

Todos os países presentes aceitaram as ações de preservação propostas na Declaração de Estocolmo, ações realmente foram bem discretas, mas a conferência impôs ao mundo o dever de preservar agora para manter o amanhã. Uma decisão que mudou os rumos das políticas hídricas foi o aceite da água como um bem de valor financeiro. (AGUA, 2004)

Vinte anos após, a ECO 92 – 2ª Conferência da ONU sobre Meio Ambiente - foi um marco de conscientização ambiental e tornou a sustentabilidade como bússola de desenvolvimento.

No Brasil, a lei 11445/07 (BRASIL, 2007), instituiu regras para a área de saneamento básico do país. Isso se tornou realidade através de várias leis e propostas que vinham adequando-se e ajustando-se as necessidades de cada época.

Após muitas discussões, apenas com o PAC - Plano de Aceleração do Crescimento – no início do século XXI, ações e investimentos de grande porte voltaram a acontecer.

2.3. LEGISLAÇÃO

Em meio à escassez de água e ao aumento populacional, que consome e polui mais, as políticas ainda não criaram ações reais de cuidado e manutenção da água potável de qualidade.

Embora existam várias leis, ações foram isoladas e de pouco impacto. Políticas públicas sejam sociais, ambientais, de desenvolvimento ou econômicas, devem proporcionar meios de valorização da pouca água disponível ao ser humano.

Desde os tempos de Colônia, o Brasil pouco fez sobre saneamento. As epidemias causaram um verdadeiro genocídio, principalmente entre os indígenas.

A primeira proposta de uma política nacional sobre saneamento, conforme Barros Filho e Bojunga (2005), só surgiu em 1917, feita pela Associação Nacional de Medicina (ANM) assoberbada pela quantidade de infecções e parasitas que assolavam quase a totalidade dos habitantes. Nada houve.

(No Rio Grande do Sul...) A comissão de Saneamento criada em 1917 tinha o objetivo de coordenar, fiscalizar e orientar as obras hidráulicas do interior gaúcho. (BARROS FILHO, 2005)

Em 1818, intelectuais, antropólogos, médicos, escritores criaram a Liga Pró Saneamento do Brasil, seus trabalhos chamaram a atenção para os males da falta de políticas sobre o tema. Em 1919 foi constituído um fundo sanitário pelo Departamento Nacional de Saúde Pública. (BARROS FILHO E BOJUNGA, 2005)

Na realidade, só na década de trinta com a criação do Código das Águas – Decreto 24.645 de 10/07/34 – houve uma mudança na estrutura sanitária do país.

Barros Filho e Bojunga destacam que 1959 foi criada a SUDENE para gerir fundos para o abastecimento de água no nordeste. No mesmo ano, o BID instituiu linhas de financiamento para a área de saneamento. Em 1961, o Brasil possuía a última posição no ranking de água e esgoto na América Latina. Assumiu durante fórum em Punta del Este, no Uruguai, metas de melhoria. O BNH criado

pela lei 4380/64 trouxe grande investimento para o saneamento com recursos que vinham do FGTS.

(No Rio Grande do Sul...) a criação do DMAE – Departamento Municipal de Água e Esgoto - em Porto Alegre, hoje o maior operador municipal de serviços de água e esgoto. (BARROS FILHO E BOJUNGA, 2005)

Em 1966, no Rio Grande do Sul, era criada a Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN.

Com a urbanização do país, epidemias causadas pela falta de higiene, a necessidade de aumento na demanda de água, e que está fosse de qualidade, obrigou o governo a criar políticas de saneamento. A criação do Plano Nacional de Saneamento – PLANASA – visava, segundo Rezende (2002), metas de abastecimento de água para 80% da população urbana, e 65 de coleta de esgoto em cidades de grande porte. Foram várias tentativas de ajustar o PLANASA devido ao não cumprimento de metas. Mas o principal motivo de abandono do plano foi a política centralizadora do órgão.

O sistema tarifário, como lembra Barros Filho e Bojunga (2005), só foi instituído por decreto em 1978, pois em 1972 na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo na Suécia, a água foi caracterizada como um bem e, como todo bem, com valor financeiro.

O sistema de saneamento só possuiu novas leis a partir de 1997, a lei 9433/97 instituiu mecanismos de regramentos para o uso e a cobrança desta utilização, já que confirma o conceito de água como bem com valor monetário. Seguindo os parâmetros instituídos pela política internacional, e neoliberal, cria mecanismos de divisão – tornando a necessidade da divisão do território em bacias hidrográfica – para investimentos na gestão de recursos hídricos.

Também, abriu à iniciativa privada o direito de controlar sistemas de água e esgoto. Impondo a licitação como regra as concessões, afinal água é um bem público e a prioridade em períodos de escassez severa é de consumo humano e dos animais.

A lei 11445/07 (BRASIL, 2007) confirma o município como titular sob o controle do saneamento. Também estipula diretrizes para orientar a gestão do saneamento, seja público ou privado.

Para a sua melhor formulação, compreensão e aplicação, as diretrizes para o saneamento básico vigentes poderiam ser resumidas nos seguintes princípios:

- ✓ universalidade
- ✓ equidade
- ✓ integralidade
- ✓ fortalecimento do poder local,
- ✓ intersetorialidade, e
- ✓ participação e controle social.

Cada município pode ter uma empresa responsável pelo serviço de água e esgoto – o que caracteriza, de certa forma, monopólio, pois depois de concedido o direito, os usuários não tem escolha - até porque uma localidade não comportaria duas ou mais empresas e a concorrência (no caso da água) poderia ser prejudicial.

Ainda existe uma possibilidade de lei – pois ainda não a é – que já repercute na política e na mídia, a PEC da água.

A Proposta de Emenda Constitucional, PEC, colocaria a água como bem público inalienável de uso coletivo. Proibindo a comercialização, com vistas ao lucro, por qualquer empresa de capital privado. Permitindo apenas a parceria pública privada – PPP – com maioria (51% no mínimo) pertencente à instituição pública.

Como o próprio nome diz uma proposta, e que talvez nunca passe disso, pois já tramita a mais de três anos na Assembleia Legislativa gaúcha.

3. GESTÃO DE SANEAMENTO, MODELOS APLICADOS E A QUESTÃO DA ÁGUA.

3.1. GESTÃO DE SANEAMENTO

Pontos comuns e que geram insatisfação sobre saneamento, em nosso país (BARROS FILHO, BOJUNGA, 2005; TRATA BRASIL, 2009), mostram que a gestão de saneamento é inexistente ou insuficiente ou ineficiente. Contrastes naturais do Brasil, que dispões de grande parte da água potável do mundo fazem com que a região norte, pouco populosa, possua a maior reserva hídrica enquanto o sertão nordestino é severamente castigado pela estiagem por séculos. Sem falar na atual crise ambiental que cria paisagens áridas no Rio Grande do Sul, especialmente da região celeiro.

“O grande desafio é garantir água de boa qualidade e em quantidades suficientes para todos, inclusive para as populações excluídas e gerações futuras.” (NORONHA, 2005)

A água não é só consumida pela população, na verdade o consumo humano, na média mundial, equivale a menos de 10%, por sua vez a indústria 20% e a agricultura 70%. No Rio Grande do Sul a agricultura chega a 83,5%, a indústria 10,3% e apenas o restante – cerca de 6,2% - é consumido pela população (TRATA BRASIL, 2008). Sendo um estado agrícola, com uma forte bancada rural, discussões ambientais, sustentáveis, ganham repercussão, porém são mais difíceis de serem implantadas (há de lembrar-nos dos transgênicos e os limites de preservação costeira). Com a água não é diferente, em dias atuais a discussão fica sobre a irrigação utilizando o rio dos Sinos.

Segundo a ONG Trata Brasil (2008), a classificação do Banco Mundial, demonstra que o volume de água per capita caracteriza se há ou não disponibilidade:

- acima de 2000 m³, adequado; o Brasil, Canadá são exemplos.
- 1500 a 2000 m³, alerta;
- 1000 a 1500 m³, estresse hídrico e tendência a escassez;

- 500 a 1000m³, ameaça e risco a prosperidade humana;
- abaixo de 500m³, risco e ameaça a sobrevivência.

Neste volume deve o bom gestor calcular os gastos em todos os setores de usos hídricos, divididos como:

- a) Abastecimento de água - tratada
- b) Abastecimento industrial – nem sempre precisa ser tratada
- c) Agricultura – não necessita de tratamento
- d) Navegação
- e) Depósito de dejetos – não consome, mas polui (ou seja, há perda)
- f) Energia – hidrelétricas são o maior fornecedor de energia utilizado no país
- g) Aquicultura – pesca e criações aquáticas
- h) Recreação e esportes

Também deve alertar-se para o crescimento urbano, utilização de produtos químicos na lavoura, preservação da área costeira de bacias e de nascentes, coleta e reciclagem de lixo e drenagem urbana. (TRATA BRASIL, 2008)

Só a boa gestão de saneamento poderá resolver a má distribuição da água; água de qualidade na medida certa, buscando a preservação para futuras gerações. Independente de público ou privado, a gestão precisa ser regulada pela sociedade, esta sim, responsável pelo bem.

Enfim, vários são os itens a observar para a manutenção da qualidade da água e do tratamento de dejetos. Daí a concordar com a avaliação do Fórum de Secretários de Estado de Recursos Hídricos de 2004 (APUD NORONHA, 2005):

É necessário defender o princípio da gestão integrada, descentralizada, cooperada e participativa, tanto entre os três níveis de governo, como entre o setor público e o privado, [...] com a finalidade de obter maior eficiência no uso dos recursos hídricos e no processo de desenvolvimento sustentável;

E uma importante conclusão deste mesmo evento é chamar a responsabilidade à sociedade:

[...] o melhor e mais efetivo instrumento de gestão de água ainda é um bom, eficiente, forte, estruturado, independente e autossustentável organismo gestor [...] a participação da sociedade civil organizada e dos usuários de água é absolutamente imprescindível para a boa gestão.

3.1.1. Experiências de gestão de saneamento - o modelo privado

As empresas privadas constroem uma política internacional de crescimento, unem e distribuem as localidades de acordo com seus interesses. Para Barlow (2009), a Suez, gigante francesa, mau exemplo de gestão em Paris e Buenos Aires onde baixou a qualidade da água, não conseguindo cumprir cláusulas contratuais, desistiu de investimentos na América Latina e vira sua atenção para a China – país mais populoso e severamente atingido pela falta de água.

A de saber que no caso da capital argentina, a crise política e a desvalorização da moeda fizeram as faturas de água, acrescidas de juros e correção monetária, não serem pagas pela maioria da população causando prejuízos a Suez. O congelamento das tarifas pelo governo argentino pôs fim aos planos lucrativos da empresa que abandonou o país.

Mas além das bilionárias corporações Suez, Veolia, United Water, espalham-se pelo mundo, pequenas (comparando-se aos 60 bilhões anuais de receitas da Suez) e poderosas empresas privadas do ramo da água – no Brasil a Foz, pertencente ao grupo Odebrecht, e a Águas do Brasil do Grupo Queiroz Galvão.

Também empresas de outros setores, como a GE, a ITT e a Siemens, avançam na área hídrica. Buscando a área de reuso, seja pelas tecnologias de distribuição, de engarrafamento e dessalinização de água; assim como na parte de tratamento de resíduos de esgoto, para energia e irrigação. – segundo dados da filial no Sri Lanka do International Water Management Institute 10 % da irrigação no

mundo são feita com água de resíduo de esgoto (grande parte sem tratamento algum). (BARLOW, 2009)

Tudo com visão ao lucro, até mesmo utilizando-se do medo da falta geral de água e contaminação, as companhias vendem a propaganda de líquido puro engarrafando, e cobrando alto valor, a ideia de qualidade de vida.

O Instituto de Desenvolvimento e Paz, da Alemanha, divulgou relatório em 2006 criticando a privatização, onde, segundo Barlow (2009), citava subornos, demissões, poluição e aumento de tarifas como os principais problemas. Também citou a criação de monopólios estrangeiros que sabotavam o direito humano à água, ameaçavam a democracia e não distribuíam água aos pobres. Enfim, salientou que só a regulação e fiscalização estatal para minimizar danos aos recursos hídricos.

A realidade é que as empresas com fins lucrativos, mesmo quando operam honestamente, não podem praticar a desesperadamente necessária conservação da água e proteção das fontes. [...] o principal objetivo das empresas privadas é obter lucro, e não cumprir objetivos socialmente responsáveis, como o acesso universal a água. (BARLOW, 2009, p. 69)

3.1.2. Experiências de gestão de saneamento - o modelo público

Em termos gerais, as empresas privadas de água assim como as de energia e de telecomunicações estimulam o crescimento da demanda. Também atendem um público maior, não de forma melhor.

Além da Argentina, a Bolívia rompeu contrato com a Bechtel que cobrava tarifas até da água da chuva armazenada em cisternas; já em 2005 rompeu com uma subsidiária da Suez, três causas principais foram tarifas exorbitantes, falta de investimento em infraestrutura e o não abastecimento de parte da população carente da região. Estes países retornaram ao abastecimento público. No Chile, que há vinte anos possui quase a totalidade do sistema com o setor privado, a privatização deu-se pelo modelo inglês (assim como a privatização de vários serviços no país), administração privada com altos subsídios públicos. (BARLOW, 2009)

A gestão do sistema pelo poder público sofre críticas devido a anos de falta de investimentos e de políticas sobre saneamento. “O saneamento não foi colocado como prioridade. [...] E o reflexo colhemos hoje, que é essa ânsia de resolver todos os problemas históricos, e rápido.” (DUTRA APUD FONTE, 2011)

Após o PLANASA, só agora com o PAC o saneamento retoma investimentos de vulto. “Só o PAC II disponibilizará R\$ 45 bilhões para investimentos saneamento – água, esgoto, drenagem e resíduos sólidos, de 2011 a 2015.” (CORSAN ON LINE, 2011)

Mas a distribuição de recursos do PAC possui um quesito especial:

[...] se os sistemas estiverem sob gestão e operação de uma empresa pública, como a CORSAN, poderão ser obtidos recursos não onerosos, a fundo perdido, não necessitando do repasse destes valores à tarifa para ressarcimento da Companhia. Está neste fato o motivo pelo qual os municípios devem assinar novos contratos com a CORSAN, em nosso entendimento é a única maneira da população ser beneficiada com esgoto e não arcar com valores elevados de contas. (MAXIMILIANO DE MORAES)

“Além do mais, as corporações competitivas [privadas] não podem fornecer água para os pobres. Isto ainda é e permanecerá sendo papel dos governos.” (BARLOW, 2009, p. 69)

3.2. O PLANETA DE ÁGUA

O primeiro ser humano a ver a Terra do espaço, ou seja, o primeiro a subir até uma altura que lhe permitiu vislumbrá-la em sua plenitude foi o astronauta russo Yuri Alexeiyevich Gagarin. Quando falou com sua base na Terra, imortalizou a frase: “A Terra é azul!”.

Isto porque cerca de 70 % do planeta é formada por água. Se parece muito, engana-se quem assim pensa, pois 97,5% deste volume é salgada e, exceto

Israel, poucos países têm tecnologia e recursos para aproveitamento – dessalinização – deste tipo de líquido.

Uma pessoa gasta entre 100 e 200 litros de água por dia para suas necessidades de higiene e de alimentação. Quando pensamos em uma sociedade, e imaginamos as necessidades per capita, os números multiplicam-se, no mínimo, por dez mil vezes. (NORONHA, 2005)

Se falarmos em utilização justa seria o uso de subsistência, para manter as funções vitais; já sobre o uso racional é agir após reflexão, utilizar pensando no bom uso e na manutenção de água de qualidade para o futuro.

3.2.1. Água – líquido precioso

A previsão que guerras do futuro se dariam pela água, dita em 1995 por Ismail Serageldin, vice-presidente do Banco Mundial, parece cada vez mais real. Água é um recurso exaurível, isto é, não renovável. Também não é reciclável – embora possa ser reaproveitada, renovada após o devido tratamento, mas nunca na sua totalidade.(BARLOW, 2009)

QUADRO 1 Processo ETA – Estação de Tratamento de Água

1. O processo constitui-se de um sistema convencional de tratamento de água composto pela captação, floculação, decantação, filtração, cloração, fluoretação, reservação e distribuição. A floculação é o processo de aglutinação de impurezas formando flocos para facilitar a remoção.

2. A decantação sedimenta e deposita estes flocos no fundo do decantador para posterior remoção.

3. A filtração retém os flocos menores que não sedimentaram no decantador, deixando a água livre destas impurezas. Esta água recebe a cloração para destruir os micro-organismos presentes na água.

4. A fluoretação é uma etapa adicional, em que a finalidade é de colaborar na redução da cárie dentária.

5. A água bruta (captada do rio) e antes de ser distribuída passa por uma série de análises físico-químicas e bacteriológicas destinado à avaliação da qualidade desde o manancial até o sistema de distribuição.

Fonte: CORSAN SITEL

A falta de água, racionamento, alerta Barlow (2009), deve-se a má distribuição populacional, o alto consumo e a poluição. Dados revelam que 2,5% é o percentual de água doce no mundo, contando as geleiras e as regiões polares. Deixando pouco mais de 0,78% em rios e águas subterrâneas. A ONU estima que, seguindo os padrões de uso atuais de água doce, em 2050 mais de 45% das pessoas não terão a porção mínima de água necessária.

Em média a agropecuária consome 70% (para produzir 1 kg de arroz gasta-se 300 litros de água), a indústria 20% e a população apenas 10% da água no mundo (NORONHA, 2005). O consumo de água em países mais ricos ultrapassa todos os limites de uso necessário, o desperdício é mais um fator que pode levar a um colapso.

Na Europa falta água, na Índia falta, na China estima-se que, caso a realidade poluidora não mude, em 30 anos não haja recursos hídricos. (SFREDO, 2011)

3.2.2. Conflitos – quem é o dono da água?

Ambientalistas preveem conflitos, alguns já existentes, mas que teriam efeitos colaterais ainda mais intensos.

Maude Barlow (2009) dá exemplos de regiões afetada, como no Oriente médio, onde Israel já controla o rio Jordão, liberando água aos países vizinhos dentro de seus interesses. Síria e Turquia discutem sobre represas e fontes,

trocando acusações e aumentando a rivalidade. Na África, continente tão afetado pela escassez, a disputa por água só agrava a miséria dos países e não deixa espaço para muita discussão sobre esgoto sanitário. Na Ásia, Índia, Bangladesh e a gigante China trocam farpas e ameaças sobre o controle dos recursos hídricos.

Sobre a China, Sfredo (2012) afirma que grandes investimentos serão aplicados na área de saneamento e ambiental. Esta foi a sensação após a WATEC – feira internacional de tecnologias de água, energia renovável e controle ambiental, em Tel Aviv ocorrida em novembro de 2011. Além de grande comitiva, a China levou investidores e governantes para aprender e associar-se com empresas “do grande sábio do reaproveitamento de águas” – Israel.

Israel, continua Sfredo (2012), desde sua criação, 1948, desenvolve tecnologias de dessalinização, reaproveitamento da água, tratamento, reuso, transformação em energia e até mesmo redução de lodo residual do esgoto. Enquanto isso, a milenar China usurpou seus bens hídricos e com a explosão de desenvolvimento com números que a levaram a ser a grande potência mundial, poluindo sem ver consequências, agora, vê-se com níveis de água por habitante um terço abaixo da média mundial.

TABELA 1 – FRAQUEZAS DE GOLIAS, FORÇAS DE DAVID

CHINA				
<p>Maior população do mundo tem apenas o quarto volume total de água.</p>	<p>Volume per capita de água é o segundo menor do mundo.</p>	<p>Metade das 540 grandes cidades enfrenta períodos de falta de água, e ao menos uma centena sofre com escassez severa.</p>	<p>A perda estimada por escassez de água é de US\$ 11,2 bi/ao ano</p>	<p>70% dos rios e lagos severamente poluídos, 78% das águas de rios chineses não serve para consumo humano</p>
ISRAEL				

75% do esgoto doméstico reutilizado na irrigação	¼ da água do país vem da dessalinização; até 2013 será 35%	Inaugurou a maior planta de dessalinização do mundo em 2009.	O custo de irrigação por hectare caiu de US\$ 15 mil em 1980 para US\$ 1 mil atualmente.	Tratamento sem lodo residual e geração de energia através do esgoto.
--	--	--	--	--

Fonte: Zero Hora 21-11-11

3.2.3. Água virtual

Israel foi a primeira nação a utilizar o termo água virtual¹. A partir do conceito de água como um bem com valor financeiro, todo o uso do precioso líquido deve ser agregado ao valor final do produto final.

Por exemplo, os mini tomates criados nos campos israelenses irrigados são 90% água. Para produzir um quilo de trigo, precisa-se de mil litros de água. Em um país de água escassa, estresse hídrico, a mínima gotícula de água tem muito valor – financeiro, ambiental e estratégico – fazendo com que o investimento na produção torne-se maior que o retorno. Israel começou a exportar sementes, e abastecer-se importando produtos acabados – frutas, legumes. Este conceito foi difundido no mercado capitalista globalizado que viu na importação de produtos acabados uma forma de manter seus recursos hídricos dentro da normalidade (se acaso for possível) e, estrategicamente, utilizar os recursos hídricos de terceiros indiretamente. (BARLOW, 2009)

Assim, prossegue Barlow (2009), países pobres, principalmente da Ásia e América Latina buscam safras maiores para atenderem os países europeus e Estados Unidos, principalmente, esvaziando (devastando) suas reservas hídricas pela exploração e poluição.

Sobre o Assunto, ver BARLOW, Maude. **Água, Pacto Azul. A crise global da água e a batalha pelo controle da água potável no mundo.** P. 28 – 31. Comércio de água virtual

Isto demonstra que embora não haja uma invasão ou guerra onde países se apoderem da água, já existe um comércio “pirata”, onde se entrega, por um valor monetário mínimo, nossos alimentos e com eles muita da nossa água sem qualquer pudor ou ressentimentos. Não há vítimas. Existem cúmplices, cada um por ação ou omissão participa.

Mas voltemos ao cotidiano, às ações caseiras de limpeza, higiene e consumo: até quando?

Enquanto a ONU estipula 50 litros diários como o necessário para as atividades humanas básicas – consumo, higiene – os norte americanos utilizam 600 litros a cada dia (BARLOW, 2009). Desperdiçar seria o termo justo. Justo não, justo seria que os africanos (alguns) pudessem ter ao menos dois litros para saciar a sede.

Alarmistas preveem calamidades por falta de água em alguns poucos anos. Otimistas acham que o próprio ciclo hidrológico (chuva – aquecimento – evaporação – chuva) manterá água suficiente no planeta. Há cientistas que concordam, porém com a poluição nos parâmetros atuais, nem ar nem água serão de qualidade.

Maude Barlow (2009, p. 20), ativista canadense, alerta “Nos últimos 50 anos, a espécie humana poluiu as águas da superfície em um ritmo alarmante e acelerado. O mundo pode não estar exatamente ficando sem água, mas está ficando sem água limpa.”

3.3. ESGOTO

Uma das causas de escassez de água e que esta pouca água seja de má qualidade, é o total desrespeito ao ambiente e a nós mesmos. Quantos litros de água residual escorrem pelo encanamento de uma casa?

Residual da louça, do chuveiro, dos banheiros, que torcemos o nariz para o mau cheiro que vai cano afora. Dali, 90% vai assim mesmo, mal cheiroso e pútrido, até o rio de onde sai a água que nos abastece (a qual pagamos).

Se acaso esta frase causa enjoo, pensemos nisso quando se deixa a torneira jorrar livremente a cada barbear. A água limpa escorre e mistura-se ao que estiver no caminho, ou seja, contamina-se.

Disponibilizar rede de esgoto a população, embora 41 % não pagariam para ter ligação, é importante, mas não é suficiente. O tratamento dado aos dejetos sanitários que devolvemos aos rios é o mais essencial para a diminuição da poluição hídrica. (TRATA BRASIL/IBOPE, 2009)

Respeitando diferenças entre índices aplicados em países ricos e pobres, frios ou tropicais, há de aceitar que algumas doenças são mais disseminadas na falta de serviços básicos. Água contaminada e esgoto a céu aberto podem sim causar doenças.

O esgoto sanitário, quando ligado a rede de coleta e tratamento (cerca de 15% no Brasil), passa pelo processo na ETE – Estação de Tratamento de Esgoto que consiste em um sistema de lagoas de estabilização em série: anaeróbias, facultativas e de maturação que recebem os esgotos sanitários.

A CORSAN possui, no Polo Petroquímico de Gravataí uma unidade especializada para tratar esgoto químico, que possui algumas diferenciações:

QUADRO 2 – Processo ETE - Estação De Tratamento De Esgoto

1. O Tratamento Secundário consiste em realizar o tratamento do efluente sanitário em conjunto com os efluentes provenientes do tratamento físico-químico em um sistema de lagoas composto por Lagoa de Aeração, Lagoa de Decantação e Lagoa de Polimento.

2. Após, o efluente tratado é enviado para a realização de Tratamento Complementar na ETE Parque dos Anjos, operada pela CORSAN, e que consiste em um sistema de lagoas de estabilização em série Anaeróbias, Facultativas e de Maturação que recebem os esgotos sanitários do Município de Gravataí, assim como os efluentes previamente tratados do Complexo Automotivo da GM (CETEL) e efluentes sanitários da PIRELLI.

3. O tratamento de Lodo na CETEL consiste em realizar a desidratação do lodo líquido em filtro prensa visando conferir-lhes densidade e umidade mínima para disposição do resíduo sólido em aterro industrial.

Fonte: CORSAN SITEL

Os governantes, e os candidatos e, antes deles os eleitores, deveriam dar maior atenção na origem de problemas, não apenas na busca de soluções. Embora haja avisos, pesquisas, certeza que um problema irá surgir, a cultura política social espera que o dano seja feito para começar, então, a pensar em ações que diminuam o efeito – quando deveriam evitar suas causas. O imediatismo, ao invés do planejamento estratégico, leva a gastos maiores e perdas, muitas vezes, de valor incalculável. (TRATA BRASIL/IBOPE, 2009)

Felizmente, algumas iniciativas* – para além do tratamento comum – estão sendo tentadas, afinal o esgoto com valor financeiro, talvez, desperte o interesse real das maiorias e de maiores investimentos:

- a) Óleo de cozinha que se acumula nas tubulações e representa grandes problemas quando descartado na rede de esgoto, pode se transformar em combustível, parceria SINDCON, ECÓLEO e BIÓLEO. (PORTAL DO SANEAMENTO, 2012a)
- b) Geração de energia através da matéria orgânica presente no esgoto, além de estudos para aproveitamento dos efluentes do esgoto, estudo do FINEP e CESAN - Cia Espírito Santense de Saneamento. (PORTAL DO SANEAMENTO, 2012b)
- c) Experimento sobre transformar o gás liberado durante o processo de tratamento de esgoto em combustível (afinal o tratamento de esgoto utiliza, em média, 5% da energia no mundo) da SABESP e Instituto Fraunhofer da Alemanha. (GAS..., 2012, p.06)
- d) Durante o verão acontece a coleta de óleo de cozinha nas cidades do litoral gaúcho pelo projeto “De olho no óleo”, numa iniciativa da Prefeitura de Osório com apoio da CORSAN. (CORSAN..., 2012, capa)

4. METODOLOGIA

Informações devem ser utilizadas como instrumentos de trabalho, não “muletas” para amparar cargos ou status.

A necessidade de informação interna e externa é essencial. Conhecer sua posição diante da população, suas falhas, seus concorrentes e oportunidades. Perceber e avaliar aspectos: políticos, jurídicos, culturais, sociais, econômicos e tecnológicos.

Como base de informação, foi realizada pesquisa bibliográfica sobre gestão, saneamento, meio ambiente e recursos hídricos. Utilizou-se livros, periódicos, jornais, revistas e artigos da internet, buscando visões complementares, inovadoras e também as contraditórias.

Fez-se uma análise comparativa entre as ideias e, destas, com dados secundários da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN, com ênfase na SURFRO.

Foram coletados dados primários através de pesquisa conclusiva descritiva quantitativa. O período de pesquisa foi de vinte de janeiro a dez de fevereiro, utilizou-se questionário de papel e on-line para alcançar um número maior no curto espaço de tempo.

Foram distribuídos 300 questionários, 50 em papel, 250 on-line. 95 não retornaram e 1 retornou em branco. Foram considerados para pesquisa 204 questionários, sendo cento e dezoito entrevistados de Alegrete, setenta e seis de Uruguaiana e dez de São Borja.

A amostra equivale a menos de 1% da população de cada município, mas o pretendido, e alcançado, foi a comparação como a gestão do sistema é percebida pela população comum de cada município.

Como não houve um número igual de entrevistados, será dada ênfase a porcentagem para uma análise comparativa.

Como local de amostra, escolheu-se Alegrete com gestão pública e Uruguaiana com concessão privada. O questionário também foi aplicado, em menor

número, em São Borja – cidade que está sob concessão pública com ideias privadas – para montar um paralelo.

Para finalizar realizou-se pesquisa de observação na SURFRO, a fim de conhecer a forma de gestão do sistema de saneamento para novas concessões ofertadas pela CORSAN nos municípios de abrangência da SURFRO. Utilizando dos seguintes métodos no local:

- * Leitura de normas e resoluções; acompanhamento do cotidiano dos departamentos.

- * Acompanhamento de informações internas (departamentos) e externas (USs) das situações vivenciadas.

- * Análise de contratos.

- * Entrevista com o Superintendente Regional.

5. DE QUE LADO FICA A FRONTEIRA OESTE?

5.1. A (in)FORMAÇÃO SOBRE SANEAMENTO

Saneamento básico é constituído de serviços de água, esgoto, coleta de lixo e limpeza pública. As pessoas não percebem a importância do saneamento, mostram-se pouco interessadas sobre o tema.

QUADRO 3 – NUMEROS IMPORTANTES

Pesquisa feita com 1008 responsáveis por domicílios nos municípios com mais de 300 mil habitantes (79 cidades), em 2008, revelou que 31% da população desconhecem o que é Saneamento e somente 3% relacionam à saúde;

Pouco mais de $\frac{1}{4}$ dos entrevistados desconhece o destino no esgoto da sua cidade, percentual similar aos que acreditam que os resíduos seguem para uma estação de tratamento. Para $\frac{1}{3}$ dos entrevistados o esgoto segue direto para os rios;

Quase metade dos entrevistados (41%) não pagaria para ter seu domicílio ligado à rede coletora de esgotos. O julgamento em relação à qualidade dos serviços justifica este posicionamento: $\frac{1}{4}$ estão insatisfeitos ou muito insatisfeitos com os serviços de coleta e de tratamento de esgoto.

Fonte: Percepções sobre saneamento, seção 20

Segundo a legislação, considera-se saneamento básico no Brasil, o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais atrelados a abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e manejo das águas pluviais.

Uma pesquisa realizada pela ONG Trata Brasil - IBOPE (2005) mostra que 68% entendem que o governo municipal seja o poder responsável.



Figura 1: **Ranking de importância**
 Fonte: Percepções sobre saneamento básico, p. 10

Na mesma pesquisa a água ficou como serviço essencial mais importante, deixando o esgoto em quarto lugar, embora entre 70 e 85% - não tenham escolhido seu candidato pelas propostas sobre saneamento. O que demonstrou que saneamento não é relevante quando se escolhe um candidato. 37% é o número de candidatos que tiveram o saneamento na pauta durante as eleições.

A conclusão desta pesquisa (TRATA BRASIL – IBOPE, 2005) é que saneamento é um tema invisível na política. Quando diante de duas alternativas sobre o serviço mais relevante, o saneamento é pouco lembrado mesmo no caso de opções correlatas como saúde.



Figura 2: **Deve receber mais atenção...**
 Fonte: Percepções sobre saneamento básico, p 13

O grande desafio nesta década está em ampliar as metas de universalização nos serviços de coleta e tratamento de esgoto domiciliar aliado de adequada destinação final dos efluentes.

A mudança passa pelas políticas públicas e o avanço dos investimentos em saneamento básico.

Entendo que o grande desafio da universalização do saneamento na questão do esgotamento sanitário (pois a água está universalizada no RS) é que a população gaúcha não poderia suportar o custo da implantação dos sistemas de coleta e tratamento, lembrando que estes tem um custo muito elevado, aproximadamente 5 vezes o de um sistema de água. Desta forma, para implantação de sistemas de esgoto por parte da iniciativa privada, não há outra maneira de ressarcimento senão via cobrança na tarifa, elevando muito o valor desta e inviabilizando o pagamento das contas por boa parte da população (citação verbal). (MAXIMILIANO DE MORAES)

Com as aplicações dos recursos do PAC, em muitos lugares do país, a efetiva fiscalização faz-se necessária para que haja continuidade do serviço e aumento, real, nos índices de coleta e tratamento de esgoto.

Em outubro de 2011, foi realizado, em Porto Alegre, o Seminário Internacional da Água: direito público e universal (parceria com o Fórum Social Mundial). A discussão foi em torno do título da água como um bem de valor econômico; o intuito era a colocação da água como um bem vital, instituindo nos direitos humanos alguma sanção sobre o direito a água.

Embora a água seja essencial para a vida humana, rege a lei, nacional e também as leis e acordos internacionais, que ela consiste, sim, um bem com valor financeiro. Sendo assim, dentro da legalidade, é instituído o poder concedente dos serviços de água e esgoto ao município.

Negar essa possibilidade seria o mesmo que não admitir a existência de escolas, universidades, hospitais, empresas de segurança e vigilância, empresas de transporte coletivo privados. A prestação dos serviços públicos de educação básica, saúde, segurança ou transporte coletivo urbano também são serviços públicos, em muitos casos prestados de forma eficiente pela iniciativa privada. Por que os serviços públicos de

saneamento básico deveriam ser diferentes? Seria o saneamento básico um serviço mais público do que os demais? (NORONHA, 2005)

O governo municipal possui três alternativas: assumir plenamente os serviços através da criação de autarquia – municipalização – como o DMAE (Porto Alegre), SEMAE (São Leopoldo).

Outra hipótese é a manutenção, com novo contrato de programa, da empresa pública que estiver gerindo os serviços – renovação -, no caso do Rio Grande do Sul, com a CORSAN.

A terceira alternativa é conceder os serviços, através de licitação aprovada pelo Tribunal de Contas, a empresa (pública ou privada) que atenda as exigências.

A discussão fica pela arrecadação da empresa em cada localidade e nos investimentos. Em uma empresa que atende todo (ou praticamente todo) estado, com poucas cidades maiores superavitárias e a maioria de pequenas cidades deficitárias, a política de subsídios cruzados oportuniza que o abastecimento de água seja ofertado com a mesma qualidade em todos os municípios atendidos.

Embora não haja consenso, e sim evidente revolta entre os municípios superavitários, este método garante a continuidade dos serviços em pequenas localidades. Afinal, apenas agora, com o PAC, volta-se a investir em saneamento após décadas de abandono das políticas públicas para o setor.

Claro que a procura da iniciativa privada é a concessão nas cidades com superávits, pois o objetivo é o lucro.

“Por que o interesse do governo municipal em privatizar o saneamento de São Gabriel (RS), apesar dos 72,6 % da população ser favorável a permanência da Corsan no município?” (O IMPARCIAL, 19/01, p. 5)

As distorções ficam pela política partidária defendida por cada representante do executivo local, pela sua aceitação popular (e populista), pelas falhas na prestação de serviço e, como estas falhas são apresentadas pela mídia ao público.

5.1.1. A mídia como ferramenta

Em Santa Cruz do Sul, onde a justiça ainda não deu seu veredito final sobre a legalidade ou não do edital de licitação dos serviços de água e esgoto, a imprensa é peça chave na disputa entre o público e privado. Sendo praticamente diárias as acusações acerca do serviço da CORSAN, como na matéria: “Falta água e sobra insatisfação – moradores afirmam que problema é frequente e citam outras frustrações com a prestadora”. Utilizando três páginas e sendo matéria de capa, enquanto um elogio feito pelo leitor utiliza um pequeno espaço na página dois do mesmo jornal (Gazeta do Sul, 24 jan. 12).

A primeira fatura de água emitida pela Foz de Uruguaiana apresentou cobrança com aumento exorbitante para parte da população que consumia até dez metros cúbicos de água por mês e a imprensa destacou:

Vale lembrar que a Corsan tem um valor fixo de serviço de R\$ 16,23 por consumidor. Assim, para moradores com um consumo abaixo de 5m³ por mês, o custo seria menor pela Corsan. [...] A Foz do Brasil insiste que o “fator de redução” adotado para quem consome menos que 10m³, que resulta em um desconto adicional, resolveria esta questão, e que ninguém na cidade pagará mais pela água. (JORNAL JA, on-line)

Ao mesmo tempo em Limeira, estado de São Paulo, a empresa Foz de Limeira, do mesmo grupo Odebrecht, que foi a primeira empresa privada a entrar no setor de saneamento no Brasil em 1995, divulgou em seu site ter alcançado os ideais 100% na coleta e tratamento de esgoto.

Outro exemplo atual na mídia é o caso da Águas do Amazonas, do grupo Suez, que pratica tarifas abusivas e não cumpre cláusulas contratuais.

A imprensa, como mostra a pesquisa Percepções sobre o saneamento básico (TRATA BRASIL/IBOPE, 2008), tem maior visibilidade da população sobre o saneamento, e a televisão é onde as pessoas gostariam de encontrar mais informações sobre o assunto.

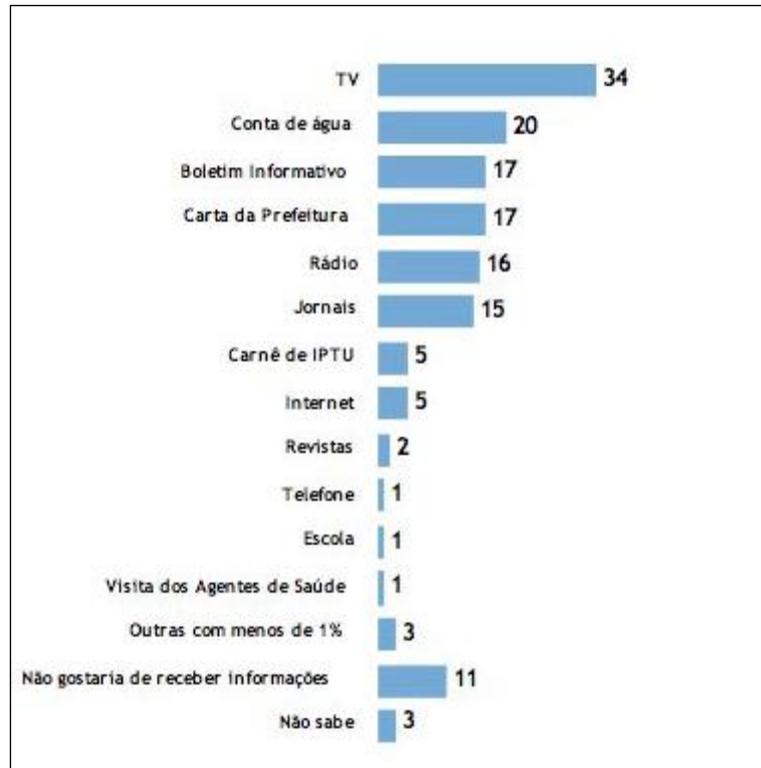


Figura 3: **Locais onde gostaria de encontrar informações sobre o destino do esgoto**
 Fonte: Percepções sobre saneamento básico, p. 41.

A problemática é que a população deveria participar das decisões. Sim, desde que com conhecimento de causa. Modelos de gestão deveriam ser apresentados de forma mais justa e clara. Pois, enquanto as pessoas forem prisioneiras de ideias jogadas pela imprensa e, por vezes, pelas agências de publicidade - que “vendem” imagens idealizadas - não haverá isenção nas opiniões.

No Uruguai, um plebiscito modificou a Carta Magna do país a respeito do direito fundamental que as pessoas necessitam: a água. E o escritor Eduardo Galeano, em entrevista durante o Fórum Social Mundial, indagado sobre a importância do tema, respondeu:

Seria bom falar disso. O que chamam de mídia não deu a menor bola para o assunto da água. Em parte porque o Uruguai é um país pequeno, quase um segredo. E também porque a mídia internacional que não é inocente e responde a certos interesses muito concretos não parece entusiasmada em difundir notícias que não são boas do ponto de vista dos donos do planeta. Agora foi muito boa para a humanidade. Foi a primeira vez na história humana que se fez um plebiscito consultando o povo sobre o tema da água.

A água vai ser um serviço público, direito de todos, ou vai ser um privilégio de poucos? Aí 65% da população votou confirmando que a água é inalienável. (AGUIAR, 2005)

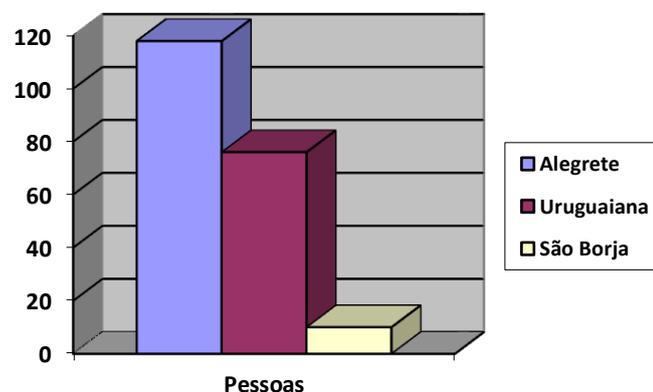
No caso de Uruguaiana, a discussão foi em torno das cláusulas do Edital. Após intensas ações judiciais, ora a favor do município ora a favor da CORSAN, e ajustes no edital (por ordem do TCE) a licitação ocorreu com vitória da Foz de Uruguaiana.

5.2. NA FRONTEIRA OESTE

Para melhor conhecer o local de pesquisa escolhido e suas formas de gestão, ou melhor, como esta gestão é vista pela população, foi aplicado questionário com perguntas simples buscando o fácil e correto entendimento de cada questão.

No questionário apresentado no apêndice 1, foram entrevistadas 204 pessoas nas cidades de Alegrete, Uruguaiana e São Borja.

Gráfico 1 – Pesquisados por cidade



Alguns fatores foram observados nos entrevistados, detectando características do grupo de amostra.

Tabela 2 – **SEXO** (porcentagem por cidade pesquisada)

CURSO	MASCULINO %	FEMININO %	TOTAL de PESSOAS
Alegrete	18,64	81,36	118
Uruguaiana	46,05	53,95	76
São Borja	50	50	10

Tabela 3 - **GRAU DE INSTRUÇÃO** (dos pesquisados)

Escolaridade	Ens. fundamental	Ens. médio	Ens. superior	Outros
%	52,8	32,1	13,2	1,9

Moradores das cidades, perguntados sobre a situação da água responderam:

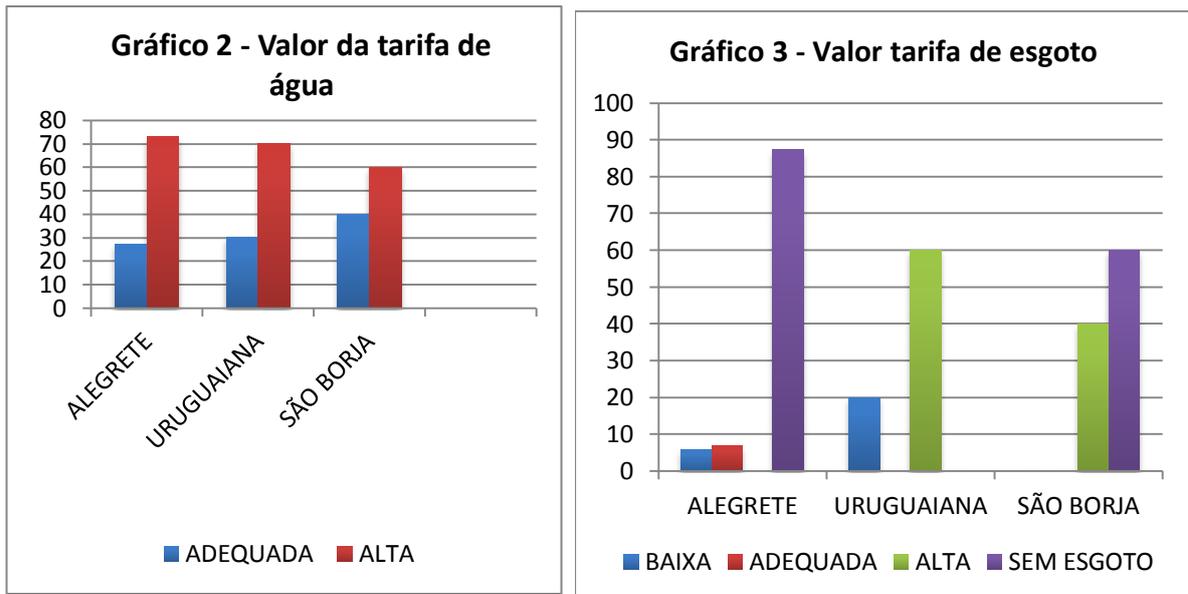
Tabela 4 - **GRAU DE IMPORTÂNCIA (%)**

	ÁGUA		TRATAMENTO DE ESGOTO	
	Muita importância	Total importância	Muita importância	Total importância
ALEGRETE	0	100	12,71	87,29
URUGUAIANA	20	80	20	80
SÃO BORJA	0	100	20	80

Todos os entrevistados que responderam classificam como de extrema importância tanto a água como o tratamento de esgoto. Embora, dos entrevistados, 60% em São Borja e 86% em Alegrete não tenham ligação com a rede de esgoto.

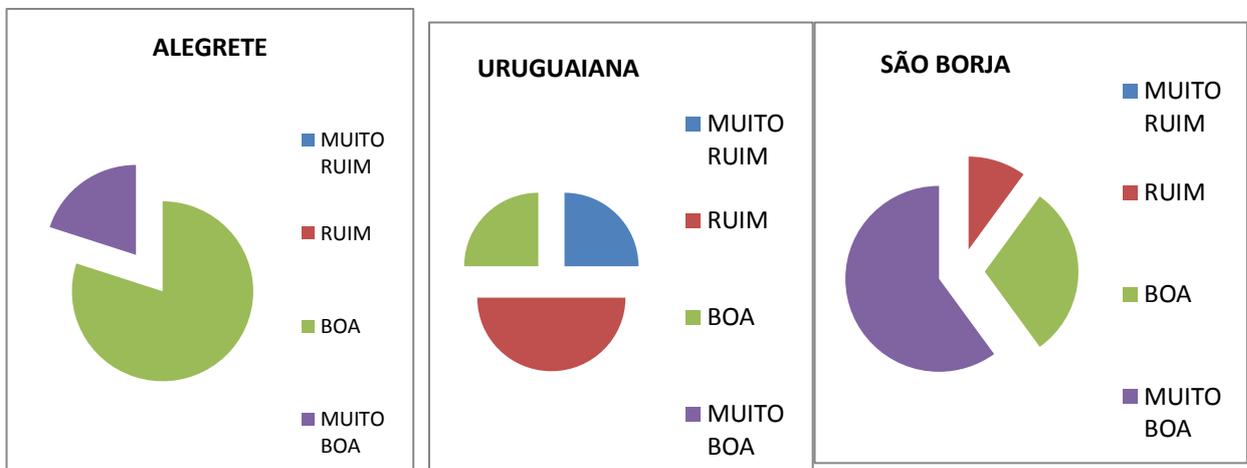
Em Uruguaiana todos os entrevistados disseram ter ligação na rede de esgoto, não refletindo a realidade, pois atualmente existem apenas 11% de domicílios com coleta de esgoto.

Mesmo garantindo a importância desses dois elementos, em relação às tarifas a maioria declarou serem altos os valores cobrados, como se observa nos gráficos abaixo:



Enquanto a qualidade é considerada boa ou muito boa pela totalidade dos entrevistados nas três cidades, a prestação dos serviços apresenta falhas, com destaque para Uruguaiana.

Gráfico 4 – comparativo de qualidade nos serviços de água



Alguns dos itens apontados foram falta constante de água e sem aviso prévio, buracos nas ruas, demora no atendimento ao cliente através do 0800.

QUADRO 4 - Questionário sobre serviços de água e esgoto

CIDADE:..... GRAU INSTRUÇÃO				
1. Qual a importância da água para você?				
Nenhuma	Pouca	Muita	Total importância	Sem opinião
2. Qual a importância do tratamento de esgoto?				
Nenhuma	Pouca	Muita	Total importância	Sem opinião
3. Como avalia o serviço de água na sua cidade?				
Muito ruim	Ruim	Boa	Muito boa	Sem opinião
4. Qual a qualidade da água que você consome?				
Muito ruim	Ruim	Boa	Muito boa	Sem opinião
5. Existe rede de esgoto na sua rua? ()sim ()não				
6. Como você considera a tarifa cobrada pela água?				
Baixa	Adequada	Alta	Sem opinião	
7. E pelo esgoto?				
Baixa	Adequada	Alta	Não tenho ligação de esgoto	
Observações:.....				
.....				
.....				
Obrigada, sua opinião é muito importante!				

As críticas ao serviço prestado em Uruguaiana talvez sejam justificáveis pela inexperiência no conhecimento de peculiaridades locais, pois a empresa ainda não completou um ano de concessão do sistema. Seja qual for o motivo, pesquisa realizada no blog de jornal local, confirma o problema:

QUADRO 5 - Como você avalia o trabalho da Foz de Uruguaiana?

Ótimo	49 (14%)
Muito bom	27 (7%)
Bom	39 (11%)
Regular	39 (11%)
Ruim	43 (12%)
Péssimo	52 (14%)
Uma catástrofe	100 (28%)

Votos até o momento: 349

Enquete encerrada

Fonte: blog Jornal Tribuna de Uruguaiana

54% mostram insatisfação com os serviços ofertados pela concessionária, enquanto 32% avaliam entre bom e ótimo.

5.3. SURFRO

Protocolo de observação:

Data: 02/01/2012 a 17/02/2012

Local: Superintendência Regional da Fronteira Oeste – SURFRO

Praça Getúlio Vargas, Alegrete RS

Objetivo: Conhecer a forma de gestão do sistema de saneamento para novas concessões ofertados pela CORSAN nos municípios de abrangência da SURFRO.

Objetivos específicos:

1. Analisar hierárquica e funcionalmente a estrutura organizacional da SURFRO;
2. Demonstrar as atribuições e composição de cada departamento;
3. Visualizar as peculiaridades existentes nos municípios de abrangência da regional;
4. Identificar cláusulas de relevância na renovação das concessões

Participantes: Superintendente e todos os empregados que trabalham no local (considerando que a parte operacional- DEOM possui outra base)

A lei 11445/07 (Lei do Saneamento) trouxe o desafio do aumento da coleta e tratamento de esgoto. Através de contratos de programas, cada município delega o sistema de saneamento a quem lhe interessar através de licitação.

O Rio grande do Sul, antes único estado há ter o sistema de água e esgoto sob responsabilidade do poder público, perdeu em junho de 2011 a primeira cidade para a iniciativa privada. E existem pelo menos mais cinco cidades sob a mesma ameaça. Ameaça principal à CORSAN. Assim, a companhia iniciou o ano de 2011 com a descentralização de decisões, (re)criando com a resolução 02/2011 dez superintendências regionais.

Em Alegrete, em maio, foi instalada a SURFRO – Superintendência Regional da Fronteira Oeste – responsável pelas cidades de Alegrete, Barra do Quaraí, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí, São Borja e Uruguaiana. Pouco mais de um mês após sua criação, a perda de Uruguaiana (num processo que durava mais de três anos na justiça) para a iniciativa privada estremeceu toda a companhia, pois Uruguaiana é a maior cidade da região.

Propagandas agressivas, boatos e opiniões de pessoas fizeram a Companhia ser mal vista, quer dizer, “mal mostrada” pela imprensa local.

A concessão de serviços de saneamento tem um prazo de trinta anos em média. Isto é uma geração inteira que será afetada pela decisão ou não da continuidade com a companhia. Tendo ainda contratos a renovar (como São Borja) e outros recém iniciados (Alegrete, Quaraí...), é fundamental a criação de vínculos que estabeleçam a continuidade do bom relacionamento cidadão-CORSAN.

Na SURFRO fazem parte do gabinete o Superintendente, Superintendente Adjunto, um economista e uma agente administrativo. Sua composição é de três departamentos – Comercial, Obras e Manutenção e, Administrativo Financeiro, conforme ao organograma abaixo:

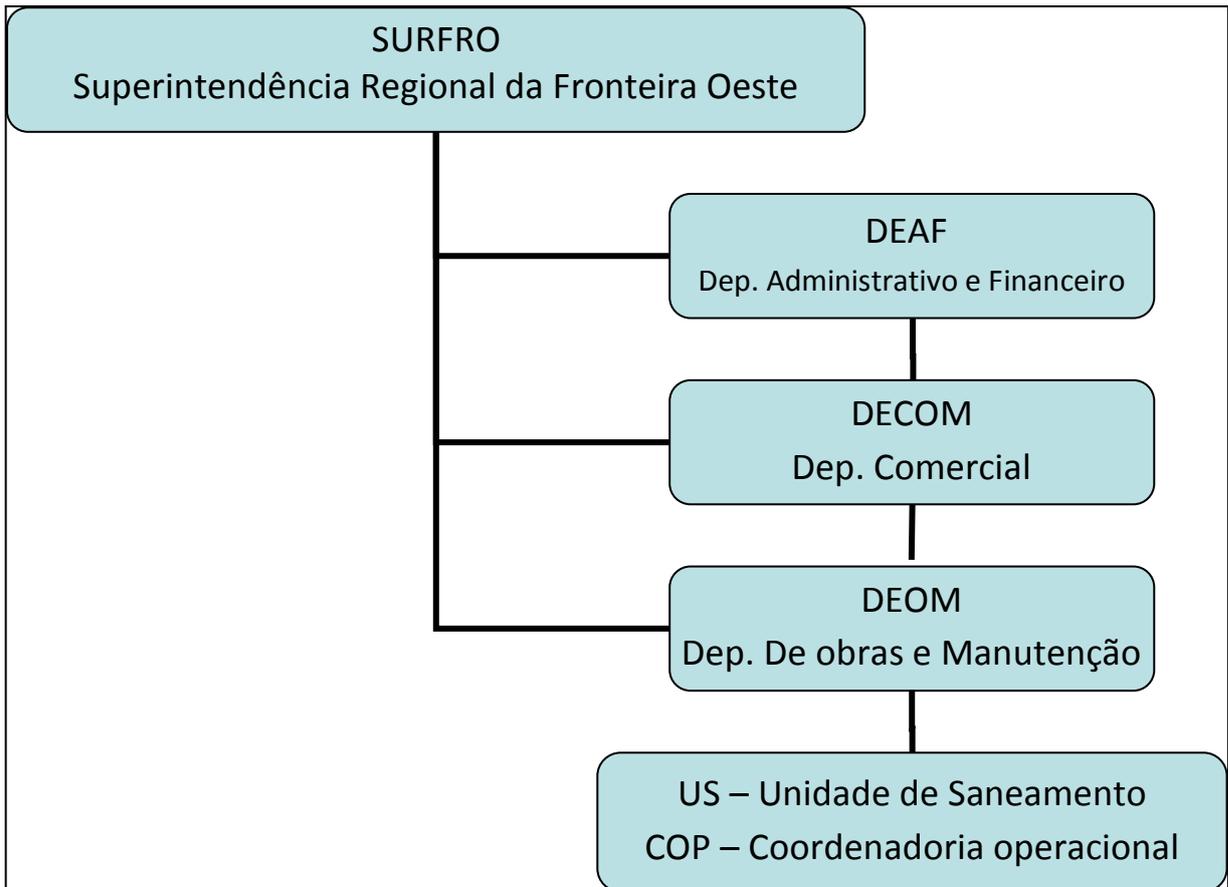


Figura 4: **Organograma SURFRO**

O DECOM responde pela parte de arrecadação, é composta por chefe do departamento e três agentes administrativos. Coordena parcelamentos, renegociações, leitura de hidrômetros entre outras formas de arrecadação.

O DEOM disponibiliza recursos humanos e técnicos para auxiliar as unidades em obras, manutenção dos serviços operacionais e assistência técnica. Fazem parte do departamento o chefe, três técnicos eletrotécnicos, uma engenheira, um estagiário para a parte administrativa e seis agentes operacionais, restando vaga para um técnico mecânico.

O DEAF trata de toda a área financeira como dispensa de licitações, contabilidade, orçamento e disponibilização de recursos; guarda e distribuição de material através do almoxarifado regional; recursos humanos e área administrativa – arquivo, normas e circulares. Além da chefe, existe um administrador, uma agente administrativo, uma agente operacional, preposto judicial e quatro estagiários.

São subordinadas à SURFRO:

a. US – Unidade de Saneamento, com funções de:

- ✓ Atendimento ao público, pedidos de ligações novas, solicitação de benefícios sociais...
- ✓ Comercial, parcelamentos, revisões de faturas, leitura de hidrômetros...
- ✓ Operacional, serviços in loco, ligações, religações, cortes, consertos...
- ✓ Administração de recursos humanos e financeiros da unidade local.

Cada US possui uma ETA, para coleta e tratamento de água, com análises no local e em pontos da cidade.

Os municípios de Alegrete, São Borja e Quaraí possuem ETE, para coleta e tratamento de esgoto.

b. COP – Coordenadoria Operacional, uma em Alegrete e outra em São Borja, com funções de coordenar e cooperar em obras na região (expansão de redes, tanto de água como esgoto, por exemplo).

A SURFRO responde por sete cidades da fronteira oeste – Alegrete, Barra do Quaraí, Itaqui, Maçambará, Manoel Viana, Quaraí e São Borja -, prestando serviços de água e esgoto. Destas, apenas Barra do Quaraí e São Borja ainda estão em negociação.

Cidades com mesmas expectativas quanto ao esgotamento sanitário de seus municípios. Além do porte, mais duas diferenças as separam:

BARRA DO QUARAI

- 2500 habitantes
- Deficitária na relação arrecadação
custo sistema
- Encaminha-se para renovação com CORSAN

SÃO BORJA

- 70000 habitantes
- Superavitária relação arrecadação
custo sistema
- Encaminha-se para contratação de empresa privada

As demais assinaram contratos de programas de acordo com suas prioridades. A preocupação é a mesma sobre esgotamento sanitário, dando a empresa CORSAN em média sete anos para aumento considerável nos índices. O diferencial de cada contrato tem sido o valor relativo ao Fundo Municipal de Gestão Compartilhada FMGC.

Toda cidade que renova, de acordo com a lei /1997 deve fazer um contrato de programa com gestão compartilhada. O município fica responsável por 70% da arrecadação do esgoto que é repassado, valor em reais, mensalmente ao FMGC. Além de uma porcentagem da arrecadação da água.

Conforme o Superintendente da SURFRO, Maximiliano Alves de Moraes, é preciso pensar no serviço público, e no de saneamento, visando a qualidade e o princípio da eficiência:

O maior desafio é tornarmos as empresas públicas detentoras dos sistemas de saneamento eficientes e com capacidade de concorrer com a iniciativa privada. Temos entraves de ordem legal aos quais toda empresa pública está submetida, entretanto, precisamos compensar esta relativa dificuldade, ocasionada pela morosidade dos processos, com qualidade no atendimento e eficiência na operação e administração dos sistemas.

6. CONCLUSÃO

O novo boom mercantilista do século XXI e, queira homem, dos próximos (se conseguimos chegar lá) séculos é a água. A terra – planeta água – depende deste composto H₂O abundante. Composto que está na umidade do ar, nos alimentos, no próprio corpo humano.

Preservar a água é preservar a vida. Não a sua, a minha, ou a de um povo inteiro. Preservar a água é, penso, deveria ser um motivo egoísta da humanidade. Afinal a existência de cada um, a de todos depende do líquido da vida.

A água não é um ponto, é a ligação. Ligação entre seres vivos, temperatura, meio ambiente, alimentação, saúde. Fonte de poder e de conflitos. Principalmente fonte de vida, e daí para frente, cada um de cada povo defina como levá-la (a vida) da melhor maneira.

Estudar um assunto de veraz importante, atual, principalmente aos olhos de quem discute formas de gestão enfaticamente com bandeiras prós e contras à concessão privada na região fronteira oeste do Rio Grande Sul, trouxe conclusões algumas que desmentem outras que confirmam teorias:

✓ Um rio contaminado causa a morte dos peixes, traz doenças, contamina plantações, diminui a evaporação, causa erosão, chuva química, cria pobreza ao seu redor, criminaliza, mata.

✓ Nenhum governo possui política de usos sustentável de água.

✓ Assim como não interessa educar ou salvar vidas com um bom atendimento de saúde ou manter a segurança da população, não é interessante preservar a água.

✓ A coleta e a destinação do esgoto são tratadas com a mesma relevância que possui seu fétido e pútrido composto de dejetos.

✓ Muitas discussões tratam da água como algo independente, solto, um bem finito, valioso, porem um bem.

Este trabalho mostrou que não há escassez de água, afinal ela cobre o planeta, mas há diminuição em grande escala de água potável, própria para saciar a sede. Sendo assim, somos cúmplices da devastação da água limpa do mundo, poucos pela ação, muitos pela omissão.

Independente de credos ou localização geográfica, a água, ou seja, o domínio sobre ela é fonte de disputa e de poder entre povos.

Embora organizações globais capitalista tenham colocado a água como bem com valor monetário, cresce o movimento em defesa da água como um direito humano, associando-a ao direito universal à vida.

Analisando a legislação brasileira e os acontecimentos localizados sobre a disputa na gestão do saneamento, a questão política –os interesses - interfere nas decisões do governo concedente, pois, em primeiro lugar dificilmente existe consulta popular e, quando há, nem sempre (leia-se quase nunca) é levada em consideração.

Historicamente, a concessão dos serviços de água e esgoto dada a iniciativa privada – a privatização – demonstrou ser desigual na distribuição entre ricos e outros. Assim como qualquer tipo de mercadoria, existe o acessível – normalmente de qualidade inferior – e o top de linha disponível a quem pode pagar mais.

Sem subsídios, os gastos com manutenção, investimentos – se é que acontecem – além de altos índices de lucros orçados pelas empresas privadas precisam sair das tarifas cobradas dos usuários.

O subsídio cruzado (utilizado pela CORSAN) mostra-se alternativa viável, talvez não justa aqueles que possuem arrecadação elevada, mas viável para atender com qualidade e buscando a universalização dos sistemas de água. Enquanto no sistema de esgoto, ou se cobra – e se paga – o preço necessário ou busca-se subsídios públicos – a exemplo do PAC.

Também existe e deve ser utilizada a parceria com o setor privado, detendo, **sempre**, o controle publico e a fiscalização social na gestão do sistema.

A boa gestão de saneamento é a única alternativa para garantir a permanência dos sistemas de água e esgoto no setor público e para a justa distribuição comum a todos, como direito, como garantia de sobrevivência.

Um desabafo...

Trabalhando na CORSAN Uruguaiana e presenciando o desfecho da concessão no município, sempre tive a certeza, mas confirmo com o trabalho aqui exposto:

Não foi nossa culpa!

Bombardeados por críticas da imprensa, de políticos e repassando a comunidade, que recebia sem questionamentos mais distorções do que informação sobre o tema, aguentamos na frente de batalha acusações sem fundamento. Ouvimos de colegas de outras cidades que a culpa era do empregado, de cada um que ali estava. Fomos dados como mal exemplo a não ser seguido.

Nós sempre soubemos que não somos perfeitos, mas nem por isso fomos culpados. Buscamos respostas, procuramos soluções, mas em uma empresa de grande porte somos mais um número de matrícula. 64 pessoas, alguns com mais de trinta anos na empresa precisando sair às pressas do local de trabalho e buscando outras cidades para tentar retomar a vida (profissional e pessoal).

E todos continuaram na nossa, não cedemos à oferta da nova e privada empresa. Preferimos a mudança e desestruturação de vidas. Certo ou errado? Ainda não temos a confirmação.

A única certeza, principalmente diante de novas concessões em São Borja e São Gabriel, é que a concessão às empresas privadas é questão de política: política da empresa ou política de governo.

REFERENCIAS:

AGUA. Associação Guardiã da Água. **500 págs. sobre água, meio ambiente, saneamento e educação ambiental.** 2004. Disponível em: <http://www.agua.bio.br/botao_e_l.htm>. Acesso em 23 jan. 2012.

AGUIAR, Flávio. **A realidade não é um destino.** Carta Maior on line. 2005. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaImprimir.cfm?coluna_id=3184>. Acesso em 06/01/2012.

AMORIM, Paulo H. O. P. **Água, Cultura e Crise: uma análise do discurso contemporâneo sobre recursos hídricos.** Porto Alegre: UFRGS/PPGEA, 2011. Disponível em

ASSUNÇÃO, Maria Aparecida; MENDES, Paule Jeanne Vieira. **Gestão estratégica para excelência organizacional de órgãos públicos.** Painel apresentado no V Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública, Santo Domingo, Rep. Dominicana, 24 - 27 Oct. 2000. Disponível em: <<http://www.aurelio.pro.br/qualidade/clad0038538.pdf>> em 07/05/2011.

BARLOW, Maude. **Água, Pacto Azul. A crise global da água e a batalha pelo controle da água potável no mundo.** São Paulo: M. Books do Brasil, 2009.

BARROS FILHO, Omar; BOJUNGA, Sylvia (Org.) **Tempo das águas.** Disponível em: <www.lasercom.jor.br/tempo_aguas/index.htm>. acesso em 06 jan. 2012.

BARROS FILHO, Omar. CORSAN, 40 anos Dos pioneiros ao século XXI: histórias do tempo das águas. In. BARROS FILHO, Omar; BOJUNGA, Sylvia (org.). **Tempo das águas.** Disponível em: <www.lasercom.jor.br/tempo_aguas/09_corsan.htm>. Acesso em 06 jan. 2012.

BORSOI, Zilda M. F.; TORRES, Solange D. A. **A política de recursos hídricos no Brasil**. Disponível em:
<http://www.bndespar.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev806.pdf>. Acesso em 19 jan. 2012.

BRAGA, Douglas Gerson. **Conflitos, eficiência e democracia na gestão pública**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998

BRASIL. **Lei 11.445 de 5 de dezembro de 2007**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Disponível em
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11445.htm> . Acesso em 06/01/2012.

CALDAS, Alan. Alguém explica essa decadência? **Jornal Dois Irmãos**, Dois Irmãos, capa, 30 nov. 11.

CHEIBUB, Zairo B. **Reforma administrativa e relações trabalhistas no setor público**. Brasília: ENAP, 1999. Disponível em:
<<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=10443>> Acesso em 11 nov. 2011.

COELHO, Ricardo Correa. **O público e o privado na gestão pública**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2009.

CORSAN de olho no óleo. **Jornal Momento**, Osório, capa, 11 fev. 2012.

CORSAN: só fortalecimento pode evitar privatizações. **Fonte** - Informativo FUNCORSAN, nº 43, ano 25, jun. 11.

DIRKS, Laura. DANIEL, Sally. **Marketing sem mistérios**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1995 – pesquisa de marketing, p 225.

DRUM, Marluci. Falta água e sobra insatisfação. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, p. 4, 24 jan. 2012.

ESTADOS evoluem e criam gestores. In. BARROS FILHO, Omar; BOJUNGA, Sylvia (org.). **Tempo das águas**. Disponível em: <www.lasercom.jor.br/tempo_aguas/03_estados.htm>. Acesso em 06 jan. 2012.

EL PLEBISCITO del agua em Uruguay despierta la atención de diferentes organizaciones a lo largo del mundo. **Redes Amigos de La Tierra Uruguay**. Disponível em: <<http://www.redes.org.uy/2004/10/15/el-plebiscito-del-agua-en-uruguay-despierta-la-atencion-de-diferentes-organizaciones-a-lo-largo-del-mundo/>>. Acesso em 20 jan. 2012.

GÁS de esgoto. **Folha Popular**, Teutônia, p. 06, 12 nov. 11.

GESTÃO de recursos hídricos: aspectos conceituais. In. BARROS FILHO, Omar; BOJUNGA, Sylvia (org.). **Tempo das águas**. Disponível em: <www.lasercom.jor.br/tempo_aguas/02_gestao.htm>. Acesso em 06 jan. 2012.

GRANDO, Jucele. **O modelo gestão por competências na administração pública**. Trabalho apresentado para obtenção do título de Especialista no MBA em Gestão de Recursos Humanos da Fatec Internacional. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=10443>>. Acesso em 17 nov. 2011.

GRASSI, Luiz A. Timm. Direito a água. In. BARROS FILHO, Omar; BOJUNGA, Sylvia (org.). **Tempo das águas.** Disponível em: <www.lasercom.jor.br/tempo_aguas/05_direito.htm>. Acesso em 06 jan. 2012.

GURGEL, Carlos Roberto Marques. **Capitalismo, inovação e Gestão Pública.** XXXIV ENANPAD. 2010. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=10443>>. Acesso em 30 out. 2011.

HISTÓRIAS (breves) do saneamento. In. BARROS FILHO, Omar; BOJUNGA, Sylvia (org.). **Tempo das águas.** Disponível em: <www.lasercom.jor.br/tempo_aguas/04_historias.htm>. Acesso em 06 jan. 2012.

LARENTIS, Fabiano. **Comportamento do consumidor e marketing de relacionamento** – Curitiba: IESDE 2008 p. 13, 82, 83, 123, 127

LIMA, Augusto de. Economizando água. **Jornal do Povo**, Cachoeira do Sul. Disponível em: <www.jornaldopovo.com.br/site/colunista_interna.php?Coluna=159537>. Acesso em 20 jan. 2012.

MELHORES trechos entrevista de Eduardo Galeano no FSM. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaImprimir.cfm?coluna_id=3184>. Acesso em 18 jan. 2012.

MELO, Itamar. Sinos agoniza – a guerra do rio. **Zero Hora**, Porto Alegre, p. 4, 12 dez. 11.

MILLANI, Nilton Cesar; MOSQUIN, Estevão Silvio; MICHEL, Murilo. Uma breve análise sobre os conceitos de organização e cultura organizacional. **Revista Científica Eletrônica de Administração.** Ano 8, nº 14 - jun. 2008. Disponível em <<http://www.revista.inf.br/adm14/pages/resenhas/ADM-edic14-anoviii-nota01.pdf>> acesso em 12/08/2010.

MINISTÉRIO das Cidades; Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB parte 1**. Brasília: ago. 2008. Disponível em: <<http://www.abm.org.br/PLANSAB.pdf>>. Acesso em 15 jan. 2012.

MORAES, Marcelo. Saneamento para todos. **Correio de Notícias**. Canoas, p. 2, 26 dez. 11

MPOG. **Gestão por resultados na Administração Pública**. 2000. Disponível em: <http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/seges/prodev/arquivos/prodev_ARQ_Aldino_17nov.pdf>. Acesso em 11 maio 2011.

MPOG; SECRETARIA DE GESTÃO DO MPOG. **Gestão Pública Empreendedora**. Brasília, julho de 2000. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=10443>>. Acesso em 06 nov. 2011.

NORONHA, Luiz Corrêa. Com boa gestão não faltará água. In. BARROS FILHO, Omar; BOJUNGA, Sylvia (org.). **Tempo das águas**. Disponível em: <www.lasercom.jor.br/tempo_aguas/01_gestao.htm>. Acesso em 06 jan. 2012.

PASSADOR, Claudia Souza. PASSADOR, João Luiz (org.) **Gestão pública e desenvolvimento no século XXI: casos da CODEVASF**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2007.

PORTAL do saneamento. **Concessionárias Privadas de água e saneamento sela acordo para coleta de óleo doméstico**. São Paulo. Disponível em: <<http://meioambiente.outroladodanoticia.net/index.php/eventos>>. Acesso em 09 nov. 2011.

_____. CESAN vai investir R\$ 1 milhão em pesquisa de geração de energia a partir do esgoto. São Paulo. Disponível em: <www.cesan.com.br/news.php?item.1670>. Acesso em 14 dez. 2011.

PREFEITURA Municipal de Natal; SEMOPI. **Plano Municipal de Saneamento Básico de Natal Reuniões Comunitárias – Documentos para fortalecer o debate.** Disponível em: http://www.acquatool.com.br/downloads/saneamento.natal/debate_comunitario.pdf >. Acesso em 15 jan. 2012.

PRESIDENTE do Sindiágua diz que questão da água “tem muitos interesses em jogo”. **O Imparcial**. São Gabriel, p. 5, 19 jan. 2012.

REZENDE, Sonaly. Consequências das Migrações Internas nas Políticas de Saneamento no Brasil: uma avaliação crítica do PLANASA. **Trabalho apresentado no XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, realizado em Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil de 4 a 8 de novembro de 2002. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_PO51_Rezende_texto.pdf >. Acesso em 20 jan. 2012.

SACOMANO NETO, Mário; ESCRIVÃO FILHO, Edmundo. **Estrutura organizacional e equipes de trabalho: estudo da mudança organizacional em quatro grandes empresas industriais.** G&P Gestão E Produção. Ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gp/v7n2/a04v7n3.pdf> >. Acesso em 08 maio 2011.

SANTOS Nilson Dias dos. **A economia sustentável dos recursos hídricos: a crise e desperdício da água no município de Porto Alegre.** Dissertação apresentada para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas da UFRGS. Disponível em:

www.bibliotecadigital.ufrgs.br/da.php?nrb=000755253&loc=2010&l=e7a097659a8814c1 > Acesso em 02 jan. 2012.

SCHWENGBER, Afonso; ZINGLER, Célia; SARAIVA, Gilberto. Água não é mercadoria. **Gazeta do Sul**, Santa Cruz do Sul, 5 dez. 11. Opinião, p.8.

SFREDO, Marta. David e Golias unidos pela água. **Zero Hora**, Porto Alegre, 27 nov. 11. Dinheiro, p. 6, 7

SOARES FILHO, José. Serviço público: conceito, privatização. **Revista JUS ET FIDES**. Recife: Departamento de Ciências Jurídicas Univ. Católica de Pernambuco. Ano 2, nº 1 – jul. 2002. Disponível em: <<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/4169/4169.PDF>>. Acesso em 10 jan 2012.

SOUZA, M.L. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 6 Ed. São Paulo: Cortez, 1999

TATSCH, Juliano. Solução de problemas passa por melhor gestão dos recursos hídricos. **Jornal do Comércio**. Porto Alegre, 20 dez. 2011. Disponível em: <<http://jcrs.uol.com.br/site/noticia.php?codn=81899>>. Acesso em 21 dez. 2011.

TRATA Brasil. **Saneamento, Saúde e o Bolso do Consumidor** / Coord. Marcelo Côrtes Neri. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.

TRATA BRASIL; IBOPE. **Percepções dos brasileiros sobre saneamento básico**. Trata Brasil / IBOPE 2009. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/detalhe.php?secao=21>>. Acesso em 21 dez. 2011.

TRÊS perguntas para presidente Arnaldo Dutra. **Jornal do Povo**. Cachoeira do Sul. Disponível em: <www.jornaldopovo.com.br/site/noticias_interna.php?intidConteúdo=158644>. Acesso em 29 dez. 2012.

TRIBUNA de Uruguaiiana. Enquete “Como você avalia o trabalho da Foz de Uruguaiiana?” Disponível em: <<http://tribunadeuruguaiiana.blogspot.com/>>. Acesso em 10/02/2012.

URUGUAIANA discute tarifas cobradas pela Foz do Brasil. **Jornal Já**. Disponível em: <<http://www.jornalja.com.br/2011/09/12/uruguaiana-discute-tarifas-cobradas-pela-foz-do-brasil/>>. Acesso em 20 jan. 2012.

UNIDADE DE SANEAMENTO DE URUGUAIANA. **Planejamento estratégico 2009-2012**. Uruguaiana, 2009. P. 6

Sites consultados

AGUA – Associação Guardiões da Água – www.agua.bio.br

CORSAN – Companhia Riograndense de Saneamento - www.corsan.com.br

Foz do Brasil – Foz de Limeira - www.fozdo brasil.com.br

Portal do Saneamento – www.portaldosaneamento.com.br

Trata Brasil – Ong – www.tratabrasil.org.br

APÊNDICE A

Entrevista com Superintendente

Local: Superintendência Regional da Fronteira Oeste – CORSAN

Data: 24 de janeiro de 2012, às 15 horas.

Endereço: Praça Getúlio Vargas nº 112, Alegrete, RS

Nome: **Maximiliano Alves de Moraes**

Cargo: Superintendente Regional

1 Qual as vantagens de um município assinar os contratos de programas da CORSAN?

Entendo que o grande desafio da universalização do saneamento na questão do esgotamento sanitário (pois a água está universalizada no RS) é que a população gaúcha não poderia suportar o custo da implantação dos sistemas de coleta e tratamento, lembrando que estes tem um custo muito elevado, aproximadamente 5 vezes o de um sistema de água. Desta forma, para implantação de sistemas de esgoto por parte da iniciativa privada, não há outra maneira de ressarcimento senão via cobrança na tarifa, elevando muito o valor desta e inviabilizando o pagamento das contas por boa parte da população. Por outro lado, se os sistemas estiverem sob gestão e operação de uma empresa pública, como a CORSAN, poderão ser obtidos recursos não onerosos, a fundo perdido, não necessitando do repasse destes valores à tarifa para ressarcimento da Companhia. Está neste fato o motivo pelo qual os municípios devem assinar novos contratos com a CORSAN, em nosso entendimento é a única maneira da população ser beneficiada com esgoto e não arcar com valores elevados de contas.

2 O poder público tem condições de aumentar os índices de coleta e tratamento de esgoto?

Sim, com recursos a fundo perdido, conforme explanado acima. Em nossa visão somente o poder público conseguirá atingir índices satisfatórios sem onerar os usuários.

3 Qual o maior desafio para conseguir manter a água sob poder público?

O maior desafio é tornarmos as empresas públicas detentoras dos sistemas de saneamento eficientes e com capacidade de concorrer com a iniciativa privada. Temos entraves de ordem legal aos quais toda empresa pública está submetida, entretanto, precisamos compensar esta relativa dificuldade, ocasionada pela morosidade dos processos, com qualidade no atendimento e eficiência na operação e administração dos sistemas. A partir do momento que as empresas públicas de saneamento tornarem-se eficientes e prestarem um atendimento a contento dos seus usuários não haverá espaço neste mercado para concorrentes privados.

ANEXO A
Autorização



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA FRONTEIRA OESTE SURFRO

Praça Pres. Getúlio Vargas, 112 CEP 97542 570

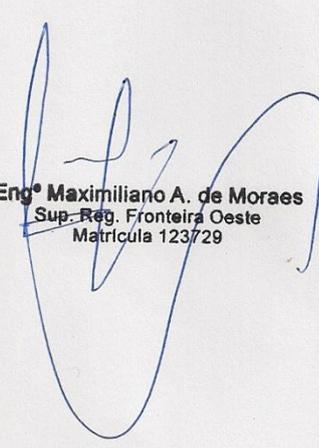
Alegrete/RS

Autorizo Izabel Espíndola Barbosa, aluna do Curso de Especialização em Gestão Pública, da Escola de Administração – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) - a realizar uma pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), cujo objetivo é demonstrar as vantagens da manutenção do sistema de saneamento básico sob controle público.

A participação envolve uma entrevista ou preenchimento de questionários, envolve também o consentimento de observar o ambiente de trabalho da SURFRO coletando dados necessários à pesquisa desde que não interfiram no bom andamento da empresa.

A publicação dos dados e do nome da empresa CORSAN SURFRO deve, dentro da lei e da ética, ser utilizada somente para este trabalho com objetivos educacionais.

O provável benefício que advirá por ter tomado parte nesta pesquisa é a consciência de ter contribuído para a compreensão do fenômeno estudado e para produção de conhecimento científico.



Eng. Maximiliano A. de Moraes
Sup. Reg. Fronteira Oeste
Matrícula 123729